



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 19 - Nº 361 - DE 23 DE JULHO A 06 DE AGOSTO DE 2008 - R\$ 2,00

Tribunais Populares para julgar e punir a burguesia corrupta



Greves nos petroleiros, correios e professores apontam tendência de luta contra o arrocho e desemprego



Uribe conseguiu domesticar Lula, Evo e Correa



Crescimento da inflação, queda no crescimento econômico

Depois do crescimento econômico brasileiro ter alcançado 5%, o ritmo de aumento do PIB sinaliza desaceleração. Segundo o IBGE, essa retração se deve aos resultados negativos do setor externo. O aumento da inflação trouxe à tona as velhas explicações e mecanismos governamentais para contê-la. Economistas dizem que a inflação é “importada” e está centrada em alimentos e na alta do petróleo e que a desaceleração é um mal necessário para frear a inflação.

O governo Lula teme o desarranjo inflacionário e a perda de popularidade. Procurou reajustar a meta inflacionária de 4,5% para 6,5% ao ano. As taxas de juros altas devem se manter, como medida preventiva para conter o consumo e com ele a elevação da inflação. Com os juros altos, a dívida pública interna ficou mais cara. O fundamental está em que as tendências recessivas mundiais e o poder das multinacionais sobre as economias nacionais revelam dificuldades para o próximo período para o governo Lula. Os preços continuam subindo, o consumo, principalmente da classe média, continua elevado e a inflação está acima do determinado pelo Banco Central. O aumento do preço petróleo põe em risco o controle sobre as tarifas públicas. O reajuste de energia elétrica de cerca de 8% em São Paulo tende a ser repassado aos preços das mercadorias. As tentativas de aumentar a produção agrícola esbarram no alto preço dos fertilizantes e o Brasil importa mais de 50%. A burguesia e seu governo terão de descarregar a crise sobre os setores mais débeis da economia e, particularmente, sobre a maioria explorada.

Em um ano, o preço da cesta-básica subiu em mais de 50%. Nas capitais do Nordeste, segundo dados do governo, a cesta-básica sofreu as maiores correções, a exemplo de Natal (51,85%) e Fortaleza (43,3%). Isso se deve ao aumento do preço do feijão, que teve uma alta de 185%. O fato é que a comida do povo (feijão, arroz, batata, carne etc) em geral ficou muito cara. O Dieese reco-

menda o “incentivo à produção agrícola” para que a produção cresça e os preços caiam. O governo acabou de lançar o PAP (Programa Agrícola Pecuário) e de constituir “estoques de segurança”, mas enfrenta o aumento de mais de 100% dos fertilizantes e os grupos monopolistas que fixam os preços das commodities no mercado mundial.

O problema está em que o aumento do custo de vida atinge a maioria explorada, que já tem salários baixos. Quem ganha com os juros e com a inflação são os grandes especuladores. O que se vê é a retomada dos sintomas de desagregação da economia capitalista, que se manifestam no Brasil. As consequências desse processo são penosas para as massas, que têm como único bem a venda da força de trabalho.

Perda do poder de compra dos salários

Os trabalhadores com baixa renda são os que mais sentem o peso da elevação dos preços dos alimentos. Isso porque a maior parte do que recebe é gasta na compra de produtos de primeira necessidade. O aumento da cesta-básica foi muito superior à correção anual do salário mínimo (9,21%), que chegou ao miserável R\$415,00. O valor da cesta-básica, estipulado pelo governo, é em média R\$250,00. Trata-se de uma quantidade de produtos que não dá para alimentar uma família de 4 pessoas.

A recuperação salarial, tão propagada por Lula, teve fôlego curto. Os reajustes salariais mal repuseram a inflação do período. A maioria dos servidores públicos não pôde sequer contar com uma política de reajuste. O Dieese está obrigado a divulgar o dado de que os aumentos reais de salários não puderam compensar as violentas perdas do passado. Um exemplo: o rendimento médio de um assalariado de São Paulo é 5,4 vezes menor do que era em 1985. Isso levando em conta a média salarial, caso contrário, o percentual é maior.

Os empregos que surgiram em função da reativação da economia se concentraram em pisos mais baixos e

condições mais precarizadas. É fato que aumentou a fatia da população que recebe salários ou benefícios, mas também é verdadeiro que há mais gente recebendo menos. Por isso, permanece o fosso que separa a camada mais rica da mais pobre. A concentração de renda nas mãos de uma minoria e a profunda desigualdade social se mantêm e tendem a aprofundar na medida em que o custo de vida sobe e com ele a inflação.

Retomada dos movimentos grevistas

Nem bem a economia deu sinais de crise, as greves voltaram a pipocar. Os petroleiros, os trabalhadores dos correios e vários setores do funcionalismo entraram em greve.

Três grandes greves em julho

Petroleiros

Os petroleiros iniciaram o movimento na Bacia de Campos (RJ), no dia 14 de julho ganhou força com a paralisação nacional de 48 horas decretada pela FUP (Federação Única dos Petroleiros). Houve mobilizações, atrasos nas entradas de turnos e atos em Sergipe, Alagoas, Bahia, Pará, Rio Grande do Sul, São José dos Campos etc. Algumas manifestações indicaram a perspectiva da greve nacional a partir de agosto.

A Petrobrás implantou um plano repressivo para derrotar a greve. Entrou na Justiça contra o direito de greve, acionou os fura-greves (grupo de contingência) para substituir os grevistas, lançou propaganda mentirosa sobre o movimento para ganhar apoio da população e prepara as condições para reprimir diretamente por meio de demissões e prisões, nos moldes usados na REVAP, de São José dos Campos. A Petrobrás se mantém irredutível e não negocia com a FUP e com os sindicatos.

Somente a força do movimento poderá reverter a intransigência da empresa e do governo. A vitória dos petroleiros abrirá caminho para que outros setores operários se levantem em defesa do reajuste salarial e dos direitos que foram

arrancados. Esta é uma das razões por que o governo não quer ceder em nada e combate violentamente a greve.

A burocracia cutista que dirige a FUP suspendeu a paralisação de 48 horas sem ter firmado nenhum acordo com a Petrobrás. Pretende manter a reivindicação de aumento do PLR (Participação nos Lucros e Resultados) – a empresa propõe 12,57% e a FUP, 25% – e de pagamento do dia do desembarque das plataformas. Deu mais uma trégua à Petrobrás até o dia 24 de julho e disse que, caso não cumpra a intenção, poderá recorrer à greve nacional a partir do dia 5 de agosto. Enquanto isso, continua a greve da Bacia de Campos, sob a direção do Sindicato do Norte Fluminense. Trata-se de um isolamento perigoso imposto pela posição conciliadora da FUP.

Na realidade, a burocracia fará de tudo para que não haja um movimento grevista nacional dos petroleiros. A CUT é parte do governo e a Petrobrás é o cartão de visita de Lula.

Correios

A greve dos correios iniciou no dia 1 de julho. Depois de rejeitar a proposta de conciliação feita pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que propunha um abono de 30% em julho e agosto, a direção sindical negociou com o Ministro Hélio Costa a suspensão do movimento.

Os grevistas reivindicavam reajuste salarial, elevando o piso de R\$603,00 para R\$1.119,00, um adicional de risco de 30% do salário e revisão no Plano de Cargos e Salários. A paralisação atingiu 70% da área operacional. A ECT as recusou e recorreu ao TST para declarar a greve abusiva e punir os grevistas e os sindicatos.

No dia 19, o Ministro Hélio Costa e o sindicato fecharam um acordo para suspender a greve. O acordo é a concessão de um adicional de 30% aos carteiros que trabalham na coleta externa e distribuição. Os demais trabalhadores continuarão recebendo o valor fixo de R\$ 260,00. Faz parte do acordo a compensação de horas não trabalhadas, não desconto dos dias parados e discussão do Plano de Cargos e Salários. Sem esperar os resultados das assembleias, a burocracia do sindi-

cato sinalizou o fim da greve.

Professores

No setor do funcionalismo, a greve dos professores de São Paulo, que durou 21 dias, levou às ruas milhares de docentes contra a política educacional de Serra. A burocracia da Apeoesp juntamente com o PSTU e setores da Oposição Alternativa suspenderam o movimento em nome de um suposto acordo com o TRT de pagamento dos dias parados. O governo não acatou a “orientação” do TRT, a burocracia que dizia que retomaria o movimento depois de 48 horas e que estava em “estado de greve” nada fez. Os grevistas foram abandonados pelos burocratas do sindicato e as direções de escolas impuseram as mais variadas formas de repressão (calendários de reposição no recesso escolar, faltas justificadas, injustificadas etc).

As lições desse movimento são importantes para derrotar as direções conciliadoras e impor as reivindicações ao governo. Para isso, publicamos nosso folheto sobre o balanço da greve.

Burocracias pró-governo anunciam campanha salarial unificadas

A direção da CUT e da Força Sindical lançaram as chamadas “Campanhas Salariais Unificadas”. Aproveitam o período de data-base dos metalúrgicos, químicos, petroleiros e bancários para pressionar o patronato em favor da abertura de negociações. Dizem que reivindicam aumento real de salário e falam que não aceitarão aumento menor do que o do ano passado, que foi de 2,6%. Apostam na grande lucratividade do ramo metalúrgico para pedir aumento real. Dizem que a inflação corrói o salário e que é preciso recuperá-lo. No entanto, acalmam os empresários explicando que não são favoráveis ao “gatilho salarial”, que consideram prejudicial ao trabalhador.

Com essas considerações, fica claro que as burocracias discursarão muito contra a inflação e contra a alta lucratividade dos patrões. Tudo pode ficar no palavreado. Isso porque não há nenhuma intenção de campanha salarial unificada, que pressupõe a realização de assembleias em todos os setores e

a convocação de assembleias unitárias para aprovar os rumos da campanha unificada. Certamente, os patrões não cederão. E a greve é o instrumento de força do proletariado, que deve ser preparada desde já.

Não há nenhuma novidade no lançamento da campanha salarial unificada da CUT e Força Sindical. Volta e meia anunciam a tal campanha como mecanismo de pressão da burocracia sobre o patronato. Como não levam à frente, acabam assinando acordos contrários aos interesses dos trabalhadores. Basta que lembremos do banco de horas, do rebaixamento do piso salarial, demissões “voluntárias” e outros tantos.

A campanha salarial unificada dependerá da força dos trabalhadores para combater a intransigência do patronato e derrotar a demagogia das burocracias.

Combater o aumento do custo de vida, desemprego e arrocho salarial

O governo tentará desfazer o mal-estar das massas exploradas devido à elevação do custo de vida e à perda do poder de compra do salário pela inflação. A burguesia exigirá do governo o corte de despesas públicas, entre elas o assistencialismo. As burocracias das Centrais sindicais procurarão iludir com as falsas promessas de unificação das lutas e de recuperação salarial. Os trabalhadores se movimentam exigindo a reposição das perdas salariais. As greves, que estavam limitadas aos servidores públicos, ganham projeção em setores estratégicos, como a dos petroleiros. Aproveitar essa situação e impulsionar as lutas deve ser a tarefa do momento.

É fundamental a aprovação de uma plataforma de reivindicações que unifique os explorados. Nesse sentido, a escala móvel de reajuste, para enfrentar a inflação que veio à tona e a escala móvel das horas de trabalho, para combater o desemprego e a fome de milhões, devem ser o ponto de partida. Soma-se a isso o rechaço ao salário mínimo de fome do governo e sua política de “valorização” do mínimo. A reivindicação de salário mínimo vital, necessário para manter uma família de 4 pessoas, é a via da defesa dos milhões de aposentados e de outros milhões de trabalhadores.

Campanha salarial dos metalúrgicos

A burocracia do sindicato do ABC abriu a campanha salarial. Fez discurso de que é preciso exigir aumento real, valorização dos pisos, 40 horas semanais sem redução de salários e unificação das datas-base em setembro. Disse que as negociações deverão se concentrar na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do Grupo 10, isso porque as cláusulas valem somente por 1 ano. Todo ano essa conversa se repete.

Os burocratas não dizem qual é a real perda do setor, não determinam o valor do piso e se apóiam na jornada de 40 horas semanais, conforme dita a CUT. Abrem a campanha sem convocar as assembléias de base para aprovar a pauta e os rumos dela. O objetivo é negociar por cima com o patronato às costas dos trabalhadores. Este é o modelo de campanha que só serve aos patrões e à burocracia conciliadora.

Montadoras lucram como nunca

As vendas de veículos estão nas alturas. Dados da Federação dos Revendedores, de janeiro a junho, foram comercializados 2.405.212 unidades. Portanto, um crescimento de 27,2%, em relação ao mesmo período de 2007. A Volks e a Fiat continuam à frente das vendas de carros.

As multinacionais aproveitam as condições favoráveis para o financiamento de carros e para exigir mais facilidades estatais para utilizar o máximo de sua capacidade instalada. Com menos mão-de-obra, com ampliação de serviços terceirizados, com pisos rebaixados e jornada flexível (banco de horas), essas empresas lucram e remetem para suas matrizes somas incalculáveis de dinheiro.

Quando se aproxima do período da data-base, as montadoras se posam de vítimas da inflação, dos altos encargos sociais e das elevadas taxas de juros para não conceder um centavo a mais do que já estava previsto.

Os metalúrgicos estão com a faca e o queijo nas mãos. Os cofres dos patrões estão cheios e as vendas de carros são grandes. Por isso, é preciso preparar uma campanha salarial que tenha a força da classe e os métodos próprios do proletariado para arrancar as reivindicações.

Organizar uma verdadeira campanha salarial

É fundamental que a campanha salarial dos metalúrgicos seja unificada. Mas para isso, o primeiro passo é rejeitar as negociações por grupos (autopeças, montadoras etc) e realizar assembléias em todos os locais de trabalho. A experiência demonstrou que a divisão em grupos enfraquece a força da classe e impõe negociações em separado com a burocracia do sindicato. É preciso avaliar o acordo vigente, que trouxe maior exploração do trabalho, piso mais baixo para os que entraram, mais terceirizações e permanência do banco de horas. O reajuste mal repôs a inflação da época.

A partir desse patamar, as assembléias devem aprovar o índice de reajuste e as demais reivindicações. Constituir os comandos de mobilização em cada empresa e organizar as assembléias gerais dos metalúrgicos no ABC, onde deverá aprovar as reivindicações que unificam todos os setores metalúrgicos. E apresentar um prazo para que os patrões respondam às exigências da assembléia. Desde o início, deve ser colocado a organização da greve.

Caso Dantas - mais um escândalo no seio da burguesia

Só um tribunal popular pode atingir os crimes da burguesia

Supremo Tribunal Federal protege a quadrilha do Opportunity

Durante 4 anos o delegado federal Protógenes Queiroz investigou os negócios do empresário Daniel Dantas, do Grupo Opportunity. Descobriu que se tratava de uma quadrilha de banqueiros, políticos e auxiliares.

Por meio do Opportunity, desviaram-se recursos públicos e praticaram-se fraudes, evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Calcula-se que o bando movimentou 1,9 bilhão de dólar. Com essa dinheirama, Daniel Dantas pôde oferecer 1 milhão de dólar para corromper o delegado da PF Hugo Rodrigues.

Todos os fatos estão devidamente comprovados. Dantas e seus asseclas foram duas vezes presos por ordem do



juiz federal Fausto M. De Sanctis e duas vezes soltos pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes.

As provas das ações quadrilheiras do Grupo Opportunity são incontestáveis. A reunião em que foi oferecido 1 milhão de dólares ao delegado Hugo foi registrada e publicada por toda imprensa. Mas a alta Corte do Brasil considerou ilegal a prisão de Dantas e seus amigos.

Abriu-se um conflito entre a ala da

PF, representada por Protógenes e pelo juiz De Sanctis com o presidente do STF Gilmar Mendes. Resultado: Protógenes foi afastado do caso e o juiz De Sanctis responde a um inquérito na 6ª Vara Federal de São Paulo, movido por Gilmar Mendes. De um lado, Dantas movimentou seus dólares para comprar os delegados (quem sabe, também os juízes); de outro, Gilmar Mendes movimentou seus poderes para proteger Dantas e sua quadrilha.

Parece tudo muito estranho ao homem comum e despolitizado, mas é assim que são tratados os crimes praticados pelos capitalistas. E é assim que funciona a justiça comandada pela burguesia. Estranho seria a PF, juizes, promotores e o Supremo tivessem unidos

para acabar com as quadrilhas burguesas, como a do Opportunity.

Muito dinheiro, grandes interesses

Opportunity tem ligações com o Citibank – é o que deixa transparecer a Polícia Federal. O que quer dizer que faz parte dos interesses do capital financeiro internacional, que usa os “paraísos fiscais” de Cayman, Ilhas Virgens Britânicas etc. como forma de burlar as leis dos países e favorecer investidores, especuladores e lavadores de dinheiro.

O Opportunity Fund conta com mais de 400 especuladores brasileiros, que, para fugirem dos impostos e lavarem dinheiro, usam seus serviços. Milhões entram e saem escondidos.

Os paraísos fiscais são conhecidos, criados pelos banqueiros internacionais e tolerados pelos governos como um mal intrínseco ao funcionamento do capitalismo. O Banco Central comando por Meireles simplesmente acobertou Dantas e sua quadrilha. Leis não faltam. Em 1986, foi editada a Lei 7.492, que objetiva coibir a evasão de divisas. Há também a Resolução 2.689 do Conselho Monetário Nacional, que proíbe capitalistas brasileiros aplicar nos fundos manejados pelos paraísos fiscais. No entanto, as leis contra os crimes econômicos e financeiros da burguesia são feitas para serem burladas.

A ação do Opportunity se tornou incômoda quando entrou na disputa pela aquisição de estatais de telecomunicação, como a Brasil Telecon, Amazônia Celular e Telemig Celular. Em 1998, Fernando H. Cardoso deu início às privatizações da telecomunicação. O Grupo Opportunity fez um acordo com o Citibank para se apossarem das teles. Em abril de 2008, a OI iniciou o processo de compra da Brasil Telecon. O governo Lula se pôs do lado da operação e com isso potencializou as disputas pelo controle e monopolização do mercado de telefonia. Não resta dúvida que a guerra das telecomunicações está por detrás dos movimentos da PF, do governo e do STF.

Na investigação, o poderoso banco norte-americano ficou de fora. A PF vazou algumas informações sobre a estrutura fraudulenta montada pelo Banco Opportunity, mas preservou o organo-

grama de quase 400 nomes de empresários, políticos, advogados etc que se valeram do fundo das Ilhas Cayman.

As últimas notícias indicam que Dantas é apenas o dono da marca Opportunity, o gestor é Dório Ferman. Tudo foi montado à espera de uma investigação, como a que ocorre agora. As leis e regulamentações referentes aos negócios da burguesia são feitas de forma que podem ser facilmente burladas.

Faz parte do organograma nomes como o do senador do DEM, Heráclito Fortes. Se o caso Dantas fosse de fato investigado em toda sua extensão, revelaria que se trata de jogo de interesse intercapitalista, que envolve privatizações, especulações, lobbies parlamentares, compra de juizes, de autoridades do executivo etc.

Está aí por que o delegado Protógenes e o juiz De Sanctis foram longe demais, apesar de caminharem bem pouco no desvendamento da quadrilha. E está aí por que um foi afastado da Operação Satiagraha e o outro responde a inquérito de insubordinação ao STF.

Com o ataque ao delegado e ao juiz, responsáveis pelo processo contra Dantas, Gilmar Mendes deu o seguinte recado: é preciso saber como mexer nos crimes da burguesia, até onde se pode ir com as investigações e até onde vai o poder da polícia e da justiça frente aos capitalistas. Afinal de contas, Dantas é um banqueiro; os investidores de seus fundos são ilustres burgueses; os lobbystas e asseclas no poder do Estado são homens que representam interesses econômicos.

Prisões e o Estado de Direito

Gilmar Mendes encabeçou um movimento contra o que chamou de “excessos” da PF. Em sua esteira, vieram advogados, parlamentares e o presidente da República. Insurgiram-se contra as escutas, os vazamentos, as prisões e as algemas.

Onde já se viu apresentar na mídia o banqueiro Dantas, o ex-prefeito Pitta e o especulador Nahas em situação vexaminosa de preso algemado?

O horror burguês às algemas para homens da elite ensinou iniciativas parlamentares no sentido de restringir a ação da PF e juizes. Está em andamento uma lei do grampo e uma lei sobre a pri-

são preventiva.

Ocorre que os crimes que envolvem uma cadeia de agentes de negócios se espalham pelas instituições privadas e estatais. Dantas é apenas uma peça de uma engrenagem mais ampla e complexa do capital financeiro, que estende seus tentáculos para o executivo, legislativo, judiciário e policial.

As escutas trazem o perigo de atingir a rede de relações e de expor o Estado. Os vazamentos de dados do processo têm a função política de romper a cerca de proteção aos investigados e alimentar o comércio de informações da imprensa.

Engana-se quem acredita que o choque entre o STF e a PF se dá em torno da interpretação da lei. Numa crise de tal proporção, atuam por cima das instituições as frações e representantes da burguesia. Há um embate interburguês, que não tem a ver com as massas exploradas. Por isso, o ministro da Justiça pede desculpas às emissoras de TV pelo fato da PF ter privilegiado o monopólio da Globo, o presidente do STF se pronuncia em favor dos direitos dos “clientes”, o presidente da República reclama de que a PF extrapolou nos grampos e advogados de todos os naipes discursam contra a violação ao Estado de direito.

Estas manifestações querem dizer que o direito burguês não pode ser aplicado à burguesia, quando o burguês é pego quebrando regras formais de funcionamento das finanças, comércio etc. Só deve ser aplicado aos assalariados, aos pobres e oprimidos. O criminoso e mesmo o suspeito de crime pobre não só é algemado e jogado no camburão, mas via de regra é maltratado ou torturado. Mais do que isso, centenas deles são jogados nas prisões superlotadas sem que tenham processo formado. O burguês pode dar golpe de milhões aos cofres públicos e ser tratado como um cidadão protegido pelo Estado de Direito.

Governo Lula frente ao Opportunity

A gravação pela PF da conversa do ex-parlamentar petista e advogado de Dantas, Luiz Eduardo Greenhalgh, com o chefe de gabinete da presidência da República, Gilberto Carvalho, expôs a rede de proteção do criminoso. Greenhalgh foi claro na acusação a Protógenes, que havia recorrido à ajuda de

agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

O envolvimento de Gilberto Carvalho mostrou ao delegado federal e ao juiz De Sanctis que o Dantas recorria aos poderes mais altos para se socorrer das acusações e das algemas.

Greenhalgh, que fez carreira à custa dos presos políticos da ditadura militar e graças à ascensão do PT, está comprometido até o pescoço com as negociatas de Dantas. O advogado petista pediu explicações a Gilberto Carvalho sobre o envolvimento da Abin, que responde diretamente ao Presidente. Obteve a resposta: não havia nenhuma iniciativa do governo nesse sentido. Logo mais ficou exposta a participação de agentes da Abin, sem que se esclarecesse se houve ou não autorização pelo seu diretor Paulo Lacerda. Lula foi o último a saber.

Para o governo, Protógenes tinha ultrapassado suas funções, rompendo a hierarquia, porque o diretor-geral da PF Luiz Fernando Correa e o ministro da Justiça Tarso Genro também não tinham conhecimento dessa participação.

Por que Protógenes divulgou a conversa de Greenhalgh com Gilberto Carvalho? Para se defender dos ataques internos e demonstrar o envolvimento de membros do PT e do governo na proteção de Dantas e sua quadrilha. Assim, a luta interna no Estado em torno do processo seria exposta em suas entranhas.

Lula convocou uma reunião com o ministro Tarso Genro e o presidente do STF Gilmar Mendes para estancar os choques entre os poderes e abafar a crise. Esta reunião significou fortalecimento das posições de Gilmar Mendes de proteção ao Dantas.

O diretor-geral da PF determinou o afastamento do delegado e o presidente do STF entrou com a sindicância contra o juiz. Tudo indica que o resultado da reunião no Planalto foi a ação coordenada da cúpula da PF e do STF, supervisionada pelo ministro da Justiça, para bloquear as investigações, disciplinar os delegados envolvidos, pôr limites aos dados já obtidos e afastar o governo das responsabilidades.

Divisões nos aparatos do Estado

Sob o governo Lula, os poderes estatais impuseram graus de autonomia inimagináveis no passado. Isso se deve

às dificuldades de um governo, que não nasceu dos quadros da burguesia, em centralizar as forças capitalistas. A ação oposicionista dos partidos orgânicos potencializou as lutas internas e incentivou manifestações de órgãos, como o STF e a PF, inconcebíveis até então ao regime presidencial altamente centralizador.

A independência dos poderes em boa parte não passou de um conceito republicano abstrato. O poder presidencial, em todas as formas de regime político, sempre ditou ordens ao congresso, judiciário e aparatos conexos, como a PF. Por cima de todos, estão as Forças Armadas.

Na ditadura de 64, os generais mostraram por inteiro qual é o poder determinante no Estado. Com o retorno dos governos eleitos, aparentemente as Forças Armadas tem como comandante supremo o Presidente da República. Os militares vêm permanecendo nos bastidores das crises que envolveram constantemente o mandato do PT/Lula. Mas frente ao conflito desencadeado pela demarcação de terras indígenas no Pará, os generais, por meio de alguns porta-vozes, contrariaram a decisão presidencial. Em nome da defesa da soberania – o que significou acusar o governo Lula de ameaça à soberania – o general Heleno contestou que as Forças Armadas respondem ao Estado e não ao governo. A insubordinação ao Presidente foi descarada.

O STF tem surpreendido com seu desembaraço. Passou a legislar, como no caso da fidelidade partidária, da restrição às MPs, da lei de greve ao funcionalismo etc.

O STF acatou a liminar de suspensão da demarcação de terras indígenas no Pará e aguarda uma situação propícia para uma decisão final que pode rever o decreto presidência sobre a reserva Raposa do Sol. Mas o chefe do STF já adiantou sua posição contrária à demarcação contínua. A decisão tem sido adiada devido à gravidade de se jogar por terra a decisão presidencial. A crise aberta pela contestação dos militares, governador, capitalistas e do próprio presidente do STF foi apenas arrefecida. Ou Lula capitula, ou o choque se potencia.

Agora, a PF se envolve numa outra crise – anteriormente investigou parentes do Presidente. Para setores do Estado

e da política burguesa, o grau de autonomia exposto pelo delegado Protógenes e pelo juiz De Sanctis é perigoso. Está levando a divisões internas nos aparatos de segurança do Estado (da ditadura de classe da burguesia). Juizes fazem manifesto contra Gilmar Mendes. Delegados federais saem em defesa da permanência de Protógenes. Procuradores da República protestam em defesa da autonomia do juiz. A cúpula da PF publica um trecho da reunião em que Protógenes foi afastado. Lula acusa o delegado federal de irresponsável.

Tais fraturas refletem a enorme crise política e a impossibilidade do governo Lula ganhar estabilidade, ou seja, conseguir centralizar as forças burguesas. Com as mudanças negativas no quadro econômico, a tendência é de agravamento dos choques interburgueses.

Posição dos explorados

A CUT entrou com um pedido de impeachment de Gilmar Mendes na Secretaria Geral do Senado. Alega a quebra da “dignidade e decoro” de funções. O presidente do Senado não deu a mínima e tomou o pedido como uma ação política qualquer. A cena da CUT caiu no ridículo.

Não é essa a atitude correta e séria a ser tomada pela Central, ou por qualquer organização da classe operária. Mas não se pode esperar nada dos sindicatos sob a direção da burocracia corrompida pela política burguesa.

Desconhecemos a posição da Conlutas. Tudo indica que não terá importância nesta crise. No 1º Congresso, recém-realizado, foi incapaz de se colocar pela bandeira dos Tribunais Populares.

O fato da classe operária e demais explorados não terem organizações independentes e uma direção revolucionária permanecerão como expectadores dos acontecimentos. Certamente, este ou aquele partido patronal se servirá das mazelas do governo para fins eleitorais.

Mas qual é a resposta dos oprimidos? Constituir um Tribunal Popular a partir das fábricas, dos locais de trabalho e dos bairros pobres assentado nas assembleias. As massas em luta entenderão o funcionamento da sociedade burguesa. Em todas as situações de crise, é importante demonstrar a falência do capitalismo e a necessidade da classe operária se

organizar pela sua destruição.

A burguesia dirige o Estado, dita as leis e diz, no final das contas, o que a PF pode ou não fazer; como o STF deve se comportar. O braço armado do Estado e a justiça são de classe, obedecem à ordem burguesa. Quando seus políticos, governos ou capitalistas ultrapassam certos limites em seus crimes, acabam atingindo os interesses particulares de outros grupos e os interesses gerais da classe burguesa. É o que fez Dantas, Cacciola e muitos outros. Quando pegos devido ao volume dos desfalques aos cofres públicos, tornam-se motivo de escândalos e é só isso. Ninguém fica preso; e continuam com o fruto dos roubos, suas propriedades continuam protegidas e, quando muito, pagam uma multa qualquer. Se a ordem de prisão preventiva é dada, em seguida está desfeita pelo STF. Um pouquinho que ficam detidos se transforma em indignação da Ordem dos Advogados, cujo batalhão de advogados de elite tem nos clientes milionários fonte de altos ganhos.

Está aí por que o delegado De Santis reclamou que o STF se tornou um “fórum privilegiado de banqueiros”. Na verdade, de toda burguesia.

Se o regime é de ditadura militar, os burgueses estão protegidos; se é de “Estado de Direito”, tem o STF, o parlamento e partidos para impedir que sejam punidos. Somente a classe operária em luta contra a burguesia poderá expor seus crimes e erradicá-los da sociedade. Os tribunais populares serão os instrumentos para cumprir esse objetivo.

Enquanto permanecer o capitalismo e a classe operária estiver sob a direção da política burguesa, os únicos considerados culpados são aqueles pobres que acabam, por desespero e decomposição social, indo para o crime; e colocados atrás das grades ou mortos pela polícia.

O programa da classe operária tem por objetivo expropriar a propriedade dos meios de produção e convertê-la em propriedade coletiva. Para isso terá de destruir o Estado e todas as instituições que sustentam o poder dos exploradores. Com o desaparecimento da propriedade capitalista, portanto da burguesia, desaparecerá toda forma de criminalidade e toda forma de privilégio de classe.

Constituído o quadro eleitoral nas capitais

Os partidos da burguesia utilizam as eleições municipais como trampolim para as eleições gerais. Ganhar as prefeituras e fazer um corpo grande de vereadores perfazem meio caminho para angariar votos para as próximas eleições. O prefeito e a bancada de vereadores atuam como cabos eleitorais por todo o país. Não por acaso, os grandes partidos disputam palmo a palmo as eleições municipais. Para esses partidos, pouco vale o apoio aos governos federal e estadual. Tanto faz ser oposição ao governo Lula quanto ser da base aliada. O peso da oligarquização dos partidos fala mais alto. Isso justifica as alianças entre partidos da situação com os de oposição.

Está aí por que o PT não conseguiu manter as alianças com os partidos considerados da base aliada. Nas capitais, o PT lançou candidatos à prefeitura em Vitória, Natal, Fortaleza e Porto Velho e obteve apenas uma aliança “natural” com o PMDB. Por outro lado, o PMDB indicou Íris Rezende em Goiânia com o apoio do PT. Na maioria das capitais, o PT se aliou com partidos menores. Em São Paulo Marta Suplicy/PT está coligada com o PCdoB, PDT, PSB e outros menores. Em Porto Alegre, Maria do Rosário/PT está com o PRB, PTB e PSL. Nessa capital, o PCdoB tem candidatura própria e arrastou o PSB e o PPS. Em Salvador, Walter Pinheiro/PT tem o apoio do PCdoB e PSB. O mesmo ocorre em Recife com a candidatura petista de João Costa. Em Belém, Mário Cardoso/PT tem como aliado o PMN. Em Palmas, Raul Filho/PT se coligou com o PDT e PCdoB. Em Manaus, Francisco Pracinho/PT se juntou ao PPS. Em Macapá, Dalva Figueiredo/PT fez dobradinha com o PR.

O fato que mais teve repercussão foi o de Belo Horizonte. O candidato Márcio Lacerda do PSB arrastou o PT e tem o apoio do PSDB. Nesta capital, a situação e oposição estão juntos. Se levarmos em conta os mais de 5 mil municípios, as alianças são as mais díspares possíveis. O PT comparece coligado com os partidos da oposição

(DEM/PSDB).

Esse jogo de alianças desprovidas de qualquer limite é próprio da “democracia” oligárquica, que historicamente caracteriza a formação da burguesia brasileira e o funcionamento do Estado.

PSTU/PSOL e a Frente de Esquerda

Desde as eleições presidenciais de 2006, em que o PSTU compareceu apoiando a candidata do PSOL (Heloisa Helena), o partido morenista manteve a política de restabelecer a “Frente de Esquerda” com o partido reformista PSOL.

Agora, nas municipais, a aliança de efetivou em algumas capitais. Nessas, a maioria das candidaturas é do PSOL. Em Curitiba, Bruno Meirinho/PSOL se aliou ao PCB e PSTU. Em São Paulo, Ivan Valente/PSOL se coligou com o PSTU. Em Salvador, Hilton Coelho/PSOL está com o PSTU e PCB. No Rio de Janeiro, Chico Alencar/PSOL tem na aliança o PSTU. Em Belém, Marinor Brito/PSOL tem na frente o PSTU. Em Goiânia, Martiniano Cavalcante/PSOL está com o PCB e PSTU. Em Manaus, Ricardo Bessa/PSOL se coligou com o PSTU.

O PSTU lançou candidatos na Belo Horizonte (Vanessa Portugal) e Aracaju (Vera Lúcia Ferreira) e o PSOL faz parte da frente. Em outras capitais, com candidaturas próprias, o PSTU e PSOL são concorrentes, a exemplo de Porto Alegre, Florianópolis, Recife, Natal, Macapá, Campo Grande.

É preciso destacar as alianças do PSOL e do PCB com partidos da burguesia. Em Porto Alegre e Macapá, o PSOL está unido ao PV, PSB e PMN. Em Natal, o PCB entrou na frente eleitoral do PT com o PMDB, PDT etc. Aqui está um dos problemas fundamentais das frentes eleitorais do PSTU com o PSOL e PCB. O PCB que vem do estalinismo e o PSOL que vem do PT não têm fronteiras de classe para suas alianças. Ao se juntarem a partidos da burguesia, torna-se proibitivo para quem se reivindica do marxismo constituir alianças com tais partidos.

Certamente, o PSTU poderá argumentar que as alianças são circunstanciais e locais. Se assim o fizer, estará defendendo o caráter oligárquico das eleições e a tática eleitoral que os partidos da burguesia sempre praticaram. O fato é que o PSTU que se diz trotskista está se unindo a partidos que se juntam às frentes burguesas.

A idéia morenista de que a “Frente de Esquerda” seria constituída por partidos distintos dos partidos da burguesia e “comprometidos com a luta dos trabalhadores” se mostra completamente oportunista diante de alianças concretas do PSOL e PCB, que aqui compõe com o PSTU e ali com o PMDB, PT, PMN e PV.

A luta do marximo-le-

ninismo-trotskyismo é a da defesa da independência dos explorados frente aos partidos da burguesia. A utilização das eleições com candidaturas próprias vem no sentido de defender o programa da revolução e ditadura proletárias e de combater a influência dos partidos burgueses sobre os explorados.

Balanço do congresso da Conlutas

1. O I Congresso da Conlutas, realizado no início de julho, contou com 2805 delegados, sendo 175 sindicatos e cerca de 500 representações de oposições, movimentos populares e estudantis. Esteve reunida, portanto, uma importante vanguarda militante. No entanto, a pequena expressão da classe operária indicou o curso do congresso e o conteúdo das resoluções aprovadas. A forte presença festiva de estudantes contribuiu para a dispersão, nos moldes de congressos da burocracia cutista. O funcionalismo público (servidores federais, estaduais e municipais) contou com boa parte dos delegados. A composição social pequeno burguesa (classe média arruinada) e a hegemonia partidária do PSTU marcaram o Congresso. O I Congresso não demonstrou o avanço da construção da Conlutas no seio da classe operária. Reafirmou-se como um aparato sindical e estudantil do PSTU. Os setores que fizeram oposição eram minoritários e superestruturais. Entre eles destacaram-se: FOS, Conspiração Socialista, parte do PSOL, LBI e Estratégia. A FOS e a Conspiração Socialista compuseram um bloco com parte do PSOL, identificada com “Unidos pra Lutar”. Os oposicionistas se mostraram completamente heterogêneos. Mas em grandes traços oscilaram entre o sectarismo delirante e o oportunismo sindicalista. Assim, essa fração não foi capaz de combater as teses do centrismo, encarnado pelo PSTU, quanto ao caráter da Central, da caracterização dos governos latino-americanos etc. O PSTU, que no Conat de 2006 cantarolava que estava “nascendo uma nova alternativa para os trabalhadores”, agora, repetia incessantemente que o “I Congresso foi uma grande vitória”. O exitismo do centrismo mal disfarçava a crise aberta com o rompimento do MTL, MES e MAS. Esse balanço tem o objetivo analisar as resoluções aprovadas e os rumos da Conlutas.

2. O Congresso repetiu o burocratismo do Conat: não elegeu sua direção. Foi aprovada a resolução da Federação Metalúrgica de MG, defendida pelo PSTU, sobre o funcionamento da Conlutas. Manteve a forma de Coordenação de entidades e movimentos e instituiu uma Secretaria Executiva da Coordenação, composta de 21 membros, escolhidos por aqueles que compõem a Coordenação e com mandato de 2 anos. Integrou na Coordenação as entidades estudantis (DCEs, CAs e grêmios estudantis). O PSTU ao criar esse sistema de direção, embora timidamente tivesse colocado na resolução que essas propostas “não devem ser tomadas como modelo de direção”, foi obrigado a se contrapor a um dos princípios elementares da democracia operária, que é a eleição direta e composição proporcional da direção de uma Central. A presença, com direito a voto de entidades estudantis na direção da Conlutas, revelou o quanto está distorcida e o quanto o PSTU necessita dos estudantes para fazer valer suas propostas. Não por acaso, mais de 25% dos delegados eram estudantes. A posição contrária, que reivindicava eleição direta, não teve força política e social para questionar as manobras que garantiam a hegemonia do PSTU na condução da Conlutas. Manteve-se o caráter de uma direção federativa de entidades, sob o controle do PSTU. Se no Conat não se constituiu uma Central, com estatuto e direção eleita, no I Congresso que se esperava um avanço nesse sentido tudo permaneceu na mesma, com o agravante de reforçar o federalismo com a presença de organizações estudantis. De forma indireta e controlada, será formada a Secretaria Executiva da Coordenação, que de fato responderá pela Conlutas.

3. Reafirmou-se o caráter sindical, popular e estudantil da Conlutas, rejeitou

o peso majoritário (mais de 60%) da representação da “classe trabalhadora” e materializou em 10% a presença dos estudantes nos organismos diretivos. A resolução votada: “As representações de cada um dos setores, nas instâncias da Conlutas (congresso, coordenação nacional, estadual e regional) devem ter peso diferenciados. A representação dos estudantes não poderá exceder 10% do total de delegados ao congresso ou representantes com direito a voto nas reuniões da coordenação”. Por meio dessa resolução, o PSTU rejeitou o caráter proletário da Conlutas, onde o peso do proletariado tem de ser maioria. As correntes que se opuseram se limitaram a diluir o proletariado em nome da “classe trabalhadora”, que envolve os assalariados em geral, com presença marcante do funcionalismo. Nesse ponto, ficou demonstrado que havia um acordo prévio do PSTU com agrupamentos que faziam oposição de que os estudantes não teriam peso superior a 5%, conforme constava do documento divulgado no dia do congresso pela Federação Sindical dos Metalúrgicos de MG, que dizia “A representação dos estudantes não poderá exceder a 5% do total de delegados ao Congresso...”. A pressão dos estudantes por maior participação fez com que o PSTU rompesse o acordo e aceitasse os 10%. Uma Central Sindical como expressão da luta revolucionária tem de necessariamente estar dirigida pela classe que encarna a luta contra o capitalismo, que é o proletariado. A rejeição da proposta, embora limitada, das correntes oposicionistas traçou o caráter e o conteúdo de classe da Conlutas. A posição do PSTU de reforçar a participação estudantil e a da oposição de que mais de 60% deveriam ser de representantes da classe trabalhadora expuseram a principal contradição e deformação da Conlutas. A presença de delegados do proletariado fabril era ultra-minoritária. Um plenário constituído

por maioria pequeno-burguesa não tinha como discutir seriamente o problema do caráter proletário da Central.

4. Com o discurso contrário ao imposto sindical e ao reconhecimento nos moldes determinados pela reforma sindical de Lula, o Congresso votou pela legalização da Conlutas. A resolução diz assim: “A Conlutas lutará pela sua legalização e vai reivindicar do Estado seu pleno reconhecimento e legalização como Central Sindical e Popular. Obviamente, a Conlutas deve fazer isso sem admitir que este reconhecimento e legalização imponham qualquer tipo de restrição à sua independência e autonomia frente ao Estado e aos patrões...A Conlutas mantém sua posição contrária ao imposto sindical e à decisão de não receber o que caberia pela lei aprovada no Congresso Nacional”. O PSTU procurou combater todos aqueles que denunciavam a legalização da Conlutas como Central sindical, discursando que isso não significava aceitar as imposições do governo, como fez a CUT. Dizia que a legalização permitia negociar e assinar acordos para os sindicatos que compõem sua base. Está aí o problema. Mesmo que não venha abocanhar a fatia que lhe cabe do imposto sindical, a legalização determinada pelo Estado permite à Conlutas fazer o mesmo que as burocracias das centrais legalizadas pretendem, ou seja, negociar por cima das decisões das assembleias de base. A legalização de uma Central deve ser uma imposição da luta dos trabalhadores e não uma dádiva do Estado para fortalecer as burocracias sindicais. O reconhecimento do Estado e da burguesia de uma Central sindical é uma conquista da luta de classes. Na realidade, a Conlutas não é uma Central nascida de um levante dos trabalhadores, mas o resultado de uma ação política do PSTU.

5. O debate da relação da Conlutas com os partidos mostrou a debilidade de correntes que faziam oposição e permitiu desvelar a demagogia do PSTU. A resolução aprovada diz: “Os sindicatos e a própria Conlutas, para poderem cumprir seu papel, necessitam ter capacidade de unir na luta todos os trabalhadores e explorados, independentemente de sua posição ideológica ou opção partidária...esta definição não significa rechaço aos partidos políticos do campo da classe trabalhadora”. Uma

ala da oposição manifestou-se contrária à resolução com o argumento da independência da Conlutas em relação a todos os partidos. Enfatizou que é tarefa combater a partidarização da Conlutas. Tratava-se de uma clara denúncia da partidarização da Conlutas pelo PSTU e das alianças eleitorais desse partido com o reformismo do PSOL. Ao denunciar o PSTU, o delegado dessa ala acabou assumindo uma posição reacionária diante da colocação expressa na resolução de “não rechaçar os partidos políticos do campo da classe trabalhadora”. Uma outra ala oposicionista estava de acordo com a resolução, mas votou contra denunciando que a prática do PSTU não correspondia ao conteúdo da resolução. A confusão é total: não se vota contra uma resolução correta porque os proponentes não têm uma prática condizente. Por que a relação entre a Conlutas e os partidos políticos foi colocada em discussão e votação? Ocorre que a Conlutas se constituiu como um aparato sindical em torno da política do PSTU. Aqueles que se opuseram à resolução e apresentaram uma outra resolução são exatamente os que foram arrastados pela aventura divisionista da CUT, em nome de uma nova Central. Agora, querem pôr limites burocráticos à hegemonia do PSTU. Para isso, apóiam-se numa resolução anti-partidária. E igualam os partidos burgueses com os partidos de esquerda, que se reivindicam da luta contra o capitalismo. O marxismo há muito formulou a posição de não comprometer o caráter de frente única dos sindicatos submetendo-os à organização partidária. Somente nesse sentido se pode falar em autonomia das organizações operárias frente aos partidos da classe operária. O partido da revolução proletária tem o dever de lutar pela direção dos sindicatos e expressar em seu interior, segundo os organismos da democracia proletária, o seu programa. Uma das tarefas é convencer o proletariado a expulsar de suas organizações os partidos burgueses e reduzir o máximo possível a influência da política pequeno-burguesa expressa por correntes de esquerda. As forças que combatem essa tarefa em nome da autonomia e da não partidarização acabam se submetendo à política burguesa e se tornando parte da burocracia.

6. A discussão sobre a fusão com a Intersindical não pôde avançar, embora

fosse pretensão do PSTU. A Intersindical divulgou sua posição, aprovada no II Encontro Nacional, contrária à unificação imediata com a Conlutas: “a) construir uma plataforma unitária de lutas e impulsionar através de organismos a exemplo do Fórum Nacional de Mobilizações...; b) “para fazer avançar a unidade...é necessária a construção de uma Central Sindical, ampla, plural, classista...independente e autônoma frente aos patrões, ao Estado e aos partidos políticos”; c) organizar o debate com outras organizações, como a Conlutas...”. Na realidade, essa colocação resultou do acordo estabelecido no II Encontro devido à divisão da Intersindical, onde setores de sindicalistas eram contra a fusão com a Conlutas e parte do PSOL a favor. Mesmo assim, o I Congresso votou favoravelmente “referendar a proposta de discussão apresentada pela Coordenação Nacional da Conlutas aos companheiros da Intersindical visando construir as condições para a unificação das duas organizações. Buscar, no prazo de tempo mais curto possível, um calendário de discussões para que o debate da unificação possa fluir... na perspectiva de realização de um Congresso de unificação em 2009”. Houve uma posição contrária à unificação com a Intersindical, caracterizando como reformista e burocrática. Mais uma confusão. A unificação de organizações sindicais se deve à necessidade de preservar a unidade organizativa do proletariado. As direções reformistas e burocráticas são divisionistas. Para se chegar à unificação, é preciso que a política divisionista seja derrotada. Por isso, os marxistas lutam pela unidade das organizações operárias. No caso da Conlutas e Intersindical, verificamos que ambas estão se constituindo como instrumentos da política do PSTU, do PSOL e de setores sindicalistas. Não há uma diferença de essência para se dizer que a Intersindical é reformista e burocrática e a Conlutas não. Sem dúvida, não devemos desconsiderar as diferenças de grau e de política, mas não é por meio dessas diferenças que se deve rechaçar a unificação Conlutas e Intersindical. Tendo isso claro, podemos entender o significado de tal unificação. Alimentaria a ilusão de que a unificação possibilitaria constituir a almejada Central Sindical e Popular ou a Central Sindical, ampla, plural classista e independente, capaz de quebrar o poder da burocracia da CUT. Não se constitui uma Central prole-

tária por meio de junção de aparatos.

7. No ponto sobre conjuntura nacional, o debate sobre as eleições contou com três posições. O PSTU apresentou a resolução assinada pelo Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos que dizia: “Não votar neste congresso um posicionamento de entidade em defesa da Frente de Esquerda..., mas indicar que os trabalhadores nas eleições façam uma opção de classe e votem nos candidatos dos Partidos da classe que sejam oposição ao governo”. Entre os opositores manifestaram as seguintes posições: 1) que a Conlutas fizesse um chamado à construção de “uma alternativa proletária de uma Conferência Nacional de Esquerda Revolucionária para discutir um programa e o lançamento de anticandidaturas revolucionárias nos municípios. Usar a tribuna eleitoral para impulsionar uma “Frente Operária Revolucionária” que defenda a “preparação da greve geral”; 2) abertura de um debate sobre as eleições e que a Conlutas não indicasse candidatos para não ser confundida pelos partidos (PSTU/PSOL). A inconseqüência dos opositores saltou às vistas. No primeiro caso, as “anticandidaturas” compareceram como uma aberração e futilidade para combater a política eleitoral do PSTU, que é legalizado e atua com candidaturas nas eleições. A aberração se tornou mais grotesca ao se vincular as “anticandidaturas” à preparação de uma greve geral, independente se existe ou não uma tendência para a greve geral. No segundo, o agrupamento de oposição queria tapar o sol com a peneira, porque o PSTU já está na frente de esquerda e a Conlutas é um instrumento do PSTU. A resolução aprovada é demagógica, haja vista os acordos eleitorais entre o PSTU e os reformistas do PSOL. As discussões e as votações não expressaram a tática revolucionária de atuação nas eleições.

8. O conteúdo de classe do governo Lula e a bandeira que o expressa evidenciou o eleitoralismo do PSTU e seus seguidores. A resolução aprovada foi a do Sindicato Metalúrgico de SJC, com o apoio do bloco interno à Conlutas chamado “Unidos pra a Lutar”. A essência era a de “reafirmar que a Conlutas faz oposição de esquerda ao governo federal, aos governos estaduais e municipais e busca organizar a luta para derrotar o projeto comum que os une”. Conclui levantando

também a bandeira de “governo socialista dos trabalhadores”. Estão aí as duas consignas do PSTU: oposição de esquerda ao governo e governo dos trabalhadores, que sofreu o acréscimo, certamente em função dos acordos prévios, da palavra socialista. Ambas são bandeiras adaptadas à tática eleitoral do reformismo. Os proponentes das anticandidaturas se opuseram com a abstração de “construção de uma alternativa revolucionária e genuinamente socialista”. Adaptaram-se ao vocabulário dos eleitoralistas (construção de uma alternativa...). Para eles, “construir uma alternativa” seria lançar as “anticandidaturas” e “preparar a greve geral”. Outro agrupamento denunciou a conduta da Conlutas de se abster de um combate mais geral contra o governo Lula, que caracterizava corretamente de burguês e pró-imperialista. A crítica é procedente. No entanto, ao ficar no meio do caminho, torna-se inconseqüente. A formulação de “oposição de esquerda” ao governo Lula é tipicamente eleitoral. Não se trata de uma oposição revolucionária, que exige a defesa de um programa de transição da revolução socialista. O PSTU é uma corrente centrista que, de um lado, assume posições sindicalistas e, de outro, desenvolve posições político-eleitorais democratizantes. Está aí por que tende a se adaptar aos aparatos sindicais e às frentes eleitorais de esquerda, a ponto de se sujeitar ao PSOL.

9. O congresso não tomou posição em relação aos governos da América Latina e Venezuela. O PSTU e o bloco “Unidos pra Lutar” defenderam a seguinte resolução: “não votar um posicionamento enquanto entidade a favor ou contra os governos Hugo Chávez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador), na medida em que há diferenças sobre esse tema e ainda não há amadurecimento suficiente desse debate na Conlutas”. A Conlutas se absteve de caracterizar Chávez como nacionalista/burguês e seus aliados como Evo e Correa. Essa manobra do PSTU se deu em função de que no interior da Conlutas há posições favoráveis ao apoio a tais governos. Os opositores à formulação da maioria defendiam a importância de a Conlutas se colocar diante desses governos. Às portas do I Congresso, o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), Movimento Esquerda Socialista (MES) e Movimento de Ação Sindical (MAS) rom-

peram com a Conlutas sob o argumento de que o PSTU pretendia impor suas posições contrárias a Chávez, Evo e Correa. Para conservar os defensores desses governos, a Coordenação Nacional fez a concessão de que o Encontro Latino Americano e Caribenho (ELAC) se absteria a ter uma caracterização de tais governos. No I Congresso, o PSTU usa a artimanha de que não havia “amadurecimento” para se decidir sobre o caráter de classe desses governos e a posição frente a eles. Até parece que esses governos acabaram de chegar ao poder e os “revolucionários” não tiveram tempo para decidir o que são e para onde vão. Mas a realidade é outra. Todos esses governos já se mostraram fiéis à grande propriedade dos meios de produção e incapazes de mover um dedo contra as multinacionais e o capital financeiro. O seu nacionalismo não vai além de se tornarem sócios do grande capital estrangeiro em certos ramos, como o do petróleo. Nos recentes acontecimentos da Colômbia, a posição de Chávez em favor da libertação dos reféns das FARC esteve a serviço da atuação do imperialismo francês. A longa experiência com esses governos demonstra que não irão além da demagogia nacionalista e do palavreado anti-americano. Estão justamente na fase de recuo na própria demagogia. Um Congresso de uma Central que se diz “alternativa dos trabalhadores”, “classista e independente” e “socialista” que se abstém diante de governos burgueses demonstra adaptação ao capitalismo e incapacidade de se contrapor às pressões do nacionalismo burguês. PSTU e o bloco Unidos pra Lutar tiveram uma posição oportunista.

10. O PSTU impôs à Conlutas o apoio à política de cotas às mulheres e aos negros.

A resolução aprovada é a de reservar uma parte dos cargos de direção das entidades dos trabalhadores para as mulheres. E a defesa de cotas para os negros terem acesso à universidade. Nesse ponto, não há diferença entre a política do reformismo petista e a do PSTU. A posição contrária às cotas partiu do reconhecimento da “profunda desigualdade” existente no país e da presença da “ideologia machista” na sociedade, mas considerou um erro a Conlutas defender cotas de mulheres em suas entidades e estrutura diretiva. Em relação aos negros, usou o argumento de que é preciso exigir “aumento imediato de verbas à educação pública (15%) e o fim do vestibular

e vagas para todos no ensino superior”. Não há novidade nessa colocação. O PSTU, desde os primeiros momentos da elaboração da política de “reparação histórica” e de “ações afirmativas” do Estado pelo PT/CUT, se adaptou à essa orientação do reformismo. Passou a expressar os interesses particulares de uma pequena camada de negros e mulheres da classe média. O reformismo frente a essa questão se caracteriza justamente por não levantar as reivindicações do conjunto dos explorados (negros e brancos). Com a cotas, faz uma distinção entre os explorados negros (a minoria que se incluiria nas cotas e a grande maioria excluída). As cotas não passam de migalhas dos capitalistas a uma fatia da pequena burguesia negra e servem para acobertar a opressão de classe e racial. O I Congresso fracassa em não se contrapor à farsa das cotas e não levantar as bandeiras das massas proletárias negras e das mulheres.

11. Um dos pontos polêmicos foi o da relação da Conlutas com as organizações militares. Havia duas colocações: o apoio à greve da polícia e admitir ou não organizações militares no seio da Conlutas. Sobre o apoio à greve de policiais, embora com divergências de uma seita, havia maior concordância. A confusão se deu em relação à incorporação de entidades de policiais. O PSTU, corretamente, disse da importância de dividir a repressão. Chegou a usar o hino da Internacional Comunista para mostrar

que a vitória dos trabalhadores dependerá de ganhar os soldados para luta revolucionária. A confusão entre a tarefa de fraturar o aparato repressivo se confundia com a de admitir a presença organizada da polícia na Conlutas. Os grupos que se opunham se apoiavam no fato da polícia constituir o braço armado do Estado burguês e, por isso, não era possível sua presença na Central. A aprovação da formulação do PSTU abre a brecha de organizações militares reivindicarem filiação à Conlutas. Como se vê, trata-se de uma questão sensível. Há necessidade de se atuar sobre os soldados pobres e destruir o aparato repressivo. O ponto de partida do problema não poderia ser o de filiação ou não de sindicatos de policiais à Conlutas. Teria de ser o da política militar da Conlutas frente ao Estado e todo o seu aparato repressivo. Inclusive a necessidade da auto-defesa para enfrentar a repressão sobre os camponeses foi levantada e rejeitada pelo PSTU. Aqui está a complicação. O PSTU foi contra determinar uma política militar para a Conlutas, mas foi favorável à filiação de entidades militares.

12. O Plano de Ação aprovado foi o apresentado pelos Sindicatos dos Metalúrgicos de SJC, Químicos de SJC e Federação Nacional dos Gráficos, com os adendos de campanha contra a criminalização dos movimentos sociais, contra o Reuni e Enade, contra a terceirização nos serviços públicos, pela liberdade de organização sindical etc. Os defensores

ênfaticaram a unificação das campanhas salariais no segundo semestre e um dia nacional de mobilização pelo salário e pelos direitos. A contraposição a esse plano foi feita pelo agrupamento que dizia “construir a greve geral desde as bases sindicais e populares para derrotar o governo Lula e suas reformas anti-operárias”. Mais uma vez, numa questão fundamental, a Conlutas deixou de cumprir o objetivo de um organismo de luta. Está evidente que a crise econômica se avoluma e se acelera. O que significa aumentar a miséria da maioria. A expropriação dos salários por meio da inflação e do custo de vida comparece como um ponto essencial. A taxa de desemprego, que foi contida nos últimos anos, tende a crescer. O I Congresso teria de responder a esses três pontos. Que bandeira corresponde à miséria? Salário mínimo vital de R\$2.750,00. Que bandeira corresponde à elevação da inflação e do custo de vida? A escala móvel de reajuste de salário. Que bandeira corresponde ao desemprego? Escala móvel das horas de trabalho. Sem dúvida, há muitos outros pontos da exploração do trabalho e da opressão de classe que teriam de ser tratados, como o caso da juventude oprimida, dos camponeses pobres etc. Particularmente sobre a questão da terra, não houve a discussão, apenas se aprovou o relatório do I Seminário Agrário da Conlutas.

Manifesto distribuído no Iº Congresso da Conlutas

Conlutas – uma nova Central?

É conhecida a posição do POR contrária à cisão da CUT e formação de uma nova Central. Também é sabido que em nenhum momento o POR deixou de atuar nas atividades da Conlutas. E por quê? Porque entendemos que só a experiência dirá se estamos corretos ou não. E porque a necessidade da unidade organizativa da classe operária continua vigente.

A estatização da CUT e as divisões criadas pela burocracia, no caso a Força Sindical, CGT etc., inviabilizaram a centralização nacional do proletariado. É claro que não estamos diante de um fenômeno particular do Brasil. As frações da burocracia mundial estatizante há muito vêm fracionando as centrais. Não há país em que não se tenha mais de uma central.

A social-democracia foi pródiga em romper a unidade organizativa dos explorados e o estalinismo se juntou a ela nessa tarefa contra-revolucionária. A França da década de 30 deve servir-nos de referência, embora existam outros exemplos de igual importância histórica. É um bom exemplo porque a Oposição de Esquerda trotskista travou importante combate contra a divisão da CGT, provocada pela social-democracia e assumida pelo estalinismo. Como se vê, há precedentes que nos obrigam a encarar a divisão da CUT - conduzida pelo PSTU e outros agrupamentos - sob demonstrações e considerações feitas pelo marxismo.

Não é o caso, nesse momento, de rever tudo que o POR expôs durante todo o processo de formação da Conlutas. Apenas

sintetizamos o essencial. 1º) Não havia uma tendência e um movimento de uma importante camada do proletariado de constituir uma nova central, como resposta à estatização da CUT e às traições da burocracia petista e estalinista; 2º) A cisão ocorria em uma situação de reordenação legal da burocracia, que se confirmou recentemente com a aprovação de uma legislação e que permitiu aos estalinistas (PCdoB) saírem da CUT e formarem uma central própria; 3º) A Conlutas não teria como expressar um setor majoritário da classe operária, para que fosse uma central operária capaz de organizar a maioria oprimida, que vai muito além do proletariado. 4º) A grande maioria dos sindicatos ficaria sob o controle da burocracia cutista e não cutista.

Estávamos de acordo com os argumentos de que a estatização da CUT e sua integração no governo de Lula passaram a ser poderosos obstáculos às lutas, à democracia sindical e à independência organizativa dos trabalhadores. Mas não estávamos e não estamos de acordo que a saída para a burocratização e estatização seja a divisão da CUT e formação de uma nova central. Propusemos e propomos que a Conlutas se tornasse uma fração classista e revolucionária, que funcionasse como frente única para se opor à estatização e trabalhar pelo programa de independência da classe operária.

Mas o fato é que a Conlutas seguiu o caminho da formação de uma nova organização. O 1º Congresso vem no sentido de consolidar essa posição. É necessário que se faça uma avaliação precisa das condições da Conlutas se tornar uma central de massa e proletária.

A crise aberta pelo rompimento do MTL, MES e MAS traz luz sobre a natureza da Conlutas de frente única de movimentos sociais e organizações. Não se pode pôr em pé uma central sindical sob a base de acordos de direções de movimentos e organizações.

O MTL deve ser totalmente rechaçado por defender o apoio dos sindicatos e das massas aos governos burgueses nacionalistas. No entanto, sua ruptura se deu sob acusação de “maioria artificial” do PSTU. Não passaria de simples acusação se não apresentasse dados da composição social do 1º Congresso.

Segundo sua estimativa, a representação de sindicatos é minoritária, apenas 26,36%. É preciso que se tenha claro qual é a força de operários na composição da Conlutas. Ainda segundo o MTL, a representação estudantil chega a 25,19%. Se for assim, somados aos outros setores (professores etc), a composição da Conlutas é majoritariamente pequeno-burguesa.

A dificuldade de definir claramente o caráter da Conlutas se deve à sua composição social. Acreditamos que, mesmo que os dados do MTL não sejam precisos, a presença do trabalhador de fábrica é minoritária. Pela composição social começa a caracterização de uma organização de massa. Isso explica as dificuldades nas discussões entre as várias posições dentro e fora (Intersindical) da Conlutas sobre sua natureza. Central sindical? Organização ampla? Inicialmente, não faltou a delirante

proposta de soviets, por grupetos inconseqüentes.

O certo é que a ausência de uma definição precisa expressa o caráter supra-estrutural da Conlutas. Que central será, se em sua base não predominam sindicatos operários? Que organização ampla é essa que não tem a presença majoritária do operariado? Como se vê, não se determina o caráter de uma organização pela vontade subjetiva das correntes e direções de movimentos.

Quatro mil delegados no 1º Congresso reúnem uma vanguarda importante para a luta contra a burguesia e seu Estado, caso esta esteja vinculada ao movimento das massas. Mas não é somente pelo número de delegados que se caracteriza que organização se está constituindo com a Conlutas.

Caso se decida pela central sindical, o Congresso tem de ter claro que esta não passará de uma caricatura, pelas razões acima expostas. Caso se pretenda uma organização ampla, então permanecerá a indefinição. Para que se rompeu com a CUT? Para que a campanha de desfiliação dos sindicatos da CUT? Só pode ter um propósito: constituir uma nova central. Para se formar uma Conlutas ampla e de frente de movimentos, não era preciso cindir a CUT. Atuaria com um comando unificado dentro e fora da CUT, garantido pela democracia operária. Seria uma fração classista de combate à estatização da CUT e dos sindicatos (a CUT foi estatizada porque os sindicatos foram estatizados).

Sejamos claros, o impasse na definição da Conlutas está no fato desta não poder se converter em uma Central de massa. O plano de ir fortalecendo a Conlutas por meio da desfiliação dos sindicatos da CUT não tem como se realizar. A idéia de transformar a Conlutas em uma Central por meio de somatória de sindicatos desfiliações da CUT e de movimentos é um grande erro do PSTU. Uma Central nasce como resultado de profundas tendências do proletariado em confrontar a burguesia e o Estado por meio da luta de classe.

Não queremos e não devemos fazer nenhuma luta partidária faccional contra a Conlutas. Sabemos distinguir os adversários da Conlutas: a burocracia, os petistas (entre eles O Trabalho, que infelizmente se diz trotskista) e PCO, que não atua no interior da Conlutas, mas que pouca importância tem.

A Conlutas deve corrigir seu erro de origem e constituir-se como fração classista e revolucionária para atuar dentro e fora da CUT e dos sindicatos.

Que obstáculos enfrenta o movimento dos trabalhadores e que tarefas temos pela frente

A situação econômica vem sofrendo alterações neste primeiro semestre. Está evidente que a crise imobiliária nos Estados Unidos reflete uma mudança do quadro econômico-financeiro mundial. Despontam tendências de queda no crescimento da economia. A possibilidade de recessão global deixa-se transparecer nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, que concentram a maior parte da produção e do comércio. China, Índia, Brasil, Rússia etc não terão como resistir a uma depressão nas principais potências.

Não podemos prever o ritmo, mas nos últimos meses há combinação explosiva de alta inflacionária e desaceleração econômica. A alta do petróleo e dos alimentos – enfim da maior parte das matérias primas – configuram um ambiente de crise mundial.

Já não se pode proclamar que o Brasil está imune ao que se passa com a economia norte-americana. A propaganda de Lula sobre os firmes fundamentos macroeconômicos do Brasil está sendo desmentida pela volta do déficit das contas correntes, pela maior desvalorização do Real, da volta da inflação, da necessidade de aumentar o superávit primário etc.

As vantagens com que contou o governo Lula e a burocracia para ludibriarem os explorados estão ficando para trás. A rápida alta do custo de vida atinge em cheio os assalariados. A marcha do emprego ascendente em alguns setores não tem como ser mantida, uma vez que começa a haver retração.

O governo Lula ainda procura disfarçar sua política de proteção do grande capital fazendo reajuste no Bolsa Família. Mas já não tem como fazer demagogia com a bandeira de recuperação do salário mínimo.

A greve dos professores em São Paulo e a greve nacional dos correios podem estar indicando uma tendência mais geral de luta. No segundo semestre, virão as campanhas salariais dos principais sindicatos operários. A burocracia da CUT e da Força Sindical há anos que aboliu a luta pelo aumento dos salários. Agora, sentirá

Manifesto ao 15º Encontro Nacional de Geógrafos

Os organizadores do 15º ENG, na apresentação do Caderno de Programação, consideram que o Encontro de Fortaleza, em 1978, constituiu um marco de redefinição da Geografia no Brasil e que trinta anos depois, em 2008, estamos em melhores condições de postura crítica sobre “o pensar e o fazer”. No entanto, a generalidade dos chamados Eixos Temáticos demonstra uma orientação estritamente acadêmica.

O Encontro que reúne professores e estudantes de todo o país deveria se distinguir pela discussão dos grandes problemas que afetam a relação do sistema capitalista de produção com a natureza. Acharmos necessário nos concentrar na constatação de que o capitalismo na sua forma monopolista de propriedade dos meios de produção é responsável pelo avançado estado de esgotamento de recursos naturais e de destruição da natureza. Utilizar o Encontro de geógrafos para uma centena de exposições para fins acadêmicos, em grande parte para preencher currículos, é um contra-senso e um luxo diante da situação econômica e social.

Como levar a sério a bandeira “Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica?” Os impasses da ciência e do conhecimento têm a ver justamente com a impossibilidade de estarem em contraposição à grande propriedade monopolista, que encarcera as forças produtivas e que não as permite se voltarem para o conjunto da sociedade. Assim se passa porque a ciência e o conhecimento estão a serviço da continuidade do sistema de exploração do trabalho e de divisão em classes sociais. As universidades e todo pensamento institucionalizado se assentam nessa realidade. A geografia e seu ensino não têm como deixar de refletir esse condicionamento.

O 15º ENG comparece como extensão do academicismo universitário. Por aí não se fará a “crítica da geografia a uma geografia crítica”, frase que parafraseia a formulação de Marx de crítica arma da crítica e crítica das armas.

Entendemos que o ENG deve enfrentar dois pontos interligados: a destruição do homem e da natureza pelo regime capitalista de produção.

No primeiro, temos a fome que assola cerca de 800 milhões de seres no mundo, com a perspectiva de se acrescentar mais 100 milhões com a crise dos alimentos. Dentro desse aspecto, é necessário considerar a situação da juventude oprimida, que povoa os bairros operários e populares. Não resta dúvida, que o quadro de desemprego e fome de milhões irá se agravar com a orientação capitalista voltada a suprir as necessidades energéticas (petróleo, etanol etc).

No segundo, temos a devastação da natureza e suas consequências econômico-sociais. Nas últimas décadas, a burguesia internacional tem se deparado com os denominados “desequilíbrios ecológicos”, “efeito estufa”, “chuva ácida”, “desertificação”, “escassez de água” etc. Ironicamente, foi preciso 2500 cientistas e técnicos chegar à conclusão no Painel Climático da ONU de que o degelo, o aumento do nível do mar, o aquecimento da água, as mudanças das correntes marítimas, a salinização, a alteração no regime das chuvas etc têm a ver com a intervenção do homem sobre a natureza.

Evidentemente, não se trata do homem em abstrato, mas do regime capitalista de produção e consumo. Os conceituados cientistas não podiam chegar à raiz de classe desse homem. Não podiam responsabilizar a classe burguesa e seu regime econômico mundial. Tudo indica que nossa “geografia crítica” também não quer enfrentar esse ponto fundamental e encontrar as contradições de fundo.

Os desastres naturais e as repercussões econômico-sociais levaram instituições como a ONU e centros de pesquisas a admitirem que a natureza está sendo afetada pelo caótica utilização dos recursos da Terra. Não por acaso, há cerca de 20 anos se apresentou o efeito estufa como um perigo para a humanidade. No entanto, as soluções apresentadas não fazem senão obscurecer as relações de produção e de distribuição de riquezas.

Os críticos mais avançados referem-se ao capitalismo, mas no sentido de modelo econômico que pode ser reformado por um outro modelo, que estabeleça um novo “padrão de consumo”. Estão em voga as tais das chamadas reformas urbanas e mudanças no estilo de vida. Outras posições referem-se a uma nova ordem mundial baseada em acordos e cooperações entre países, que tenha por fundamento o que se denomina “desenvolvimento sustentável”. Para determinados setores, a palavra chave é “mitigação”, que reduziria a gigantesca agressão à natureza por meio de “novas matrizes energéticas” e “novas tecnologias”. Evidenciam-se, assim, os interesses dos capitalistas em utilizar as catástrofes para impulsionar seus negócios. É nesse mesmo sentido que se trata o problema da exploração econômica da Amazônia.

Não poderiam faltar o cinismo e a banalização espalhados pelos governos, instituições e meios de comunicações. Responsabilizam a população em geral pelo consumismo e pelo desperdício. Ditam uma tal de “consciência ecológica” e advogam uma nova educação perante ao meio ambiente. Não faltam professores, intelectuais, ONGs, jornalistas etc para aconselharem o governo a implantar “políticas públicas” em favor do “desenvolvimento sustentável”.

A geografia como conhecimento da realidade do meio físico e social está obrigada a revelar as causas fundamentais dos fenômenos que vêm modificando drasticamente o eco-sistema. O capitalismo destrói a própria natureza e o próprio homem. Há nítidas relações entre o regime de exploração do trabalho e o saque dos recursos naturais. A brutal concentração de riqueza pelas potências imperialistas e pela minoria burguesa está na base da desintegração do sistema climático e do sistema da biosfera.

Para se disciplinar a ação das forças produtivas sobre os efeitos das leis de funcionamento da natureza, tornou-se imprescindível transformar a grande propriedade dos meios de produção em propriedade coletiva, socialista. Assim, será possível eliminar a anarquia social da produção de mercadorias

de 23 de julho a 07 de agosto de 2008 — MASSAS — 13

e realizar o planejamento socialista. A elevada consciência de que é preciso preservar o máximo a natureza e a prática coletiva nesse sentido dependem de mudanças profundas nas relações materiais de reprodução da vida humana, que quer dizer mudança estrutural na forma de produzir e distribuir as riquezas.

Chamamos os participantes do ENG a rechaçarem o academicismo, que serve aos interesses econômicos, sociais e políticos da burguesia.;

Chamamos os participantes do ENG a rejeitarem as teses de reforma do capitalismo como solução aos graves problemas do homem e da natureza;

Chamamos os participantes do ENG a discutirem com empenho científico as leis de funcionamento do capitalismo e o estágio de barbárie em que se encontra;

Chamamos os participantes do ENG a se colocarem no âmbito da ciência do proletariado, que é o socialismo científico.

Camponeses que ocuparam o incra são manobrados pela burocracia do Incra e pela Igreja

Os camponeses do Flor do Amazonas estavam acampados desde o dia 8/4 no Incra. Reivindicavam o assentamento da área ocupada por mais de 200 famílias há mais de cinco anos.

A decisão da ocupação do órgão foi tomada em função de que esta área é da União, que segundo o próprio Incra está destinada a “Reforma Agrária”. Mas esta área tinha sido arrendada por uma madeireira. A madeireira não cumpriu algumas cláusulas do contrato e o Incra entrou na Justiça para tomar posse. E esta posse já está na mão do Incra desde fevereiro.

No período em que a área estava nas mãos da madeireira, vendeu vários lotes para fazendeiros. Os resultados são os diversos conflitos com os sem-terra acampados. Um dos piores foi o ocorrido no ano passado em que foram queimados 80 barracos, camponeses espancados e óleo diesel derramado nos poços.

Burocracia tenta desmobilizar a luta dos camponeses

Ao ocuparem o Incra, o superintendente desse órgão, **Carilindo/ militante do PT**, tratou de se reunir com os camponeses na tentativa de desmobilizar. Prometeu que no prazo de 90 dias o assentamento estaria criado e que eles não precisariam ficar no Incra. A resposta dos camponeses, naquele momento, foi unânime: exigiam o documento em mãos. E, com isso, foi mantida a resistência.

Aí veio a Igreja. O padre Afonso membro da CPT entrou para negociar com os burocratas e foi dado um prazo para os camponeses até dia 31/07 para que os documentos estivessem prontos. Isso foi o ponto chave da desmobilização da resistência.

Mas no dia 27/06, o acampamento Canaã II ocupa também o Incra, exigindo o mesmo que os camponeses do Flor do Amazonas. E, no dia 30/06, os camponeses do Jequitibá ligado ao MCC se juntaram a eles, não para acampar e sim para reivindicar outras ações. Para isso, fizeram o superintendente adjunto, chamado Junior, refém. A Polícia Federal reprimiu a ocupação e prendeu lideranças do MCC e do Flor do Amazonas.

A CPT fez um acordo com o superintendente para que os camponeses do Flor do Amazonas e do Canaã II retornassem para o Incra, sob a condição de apresentar os documentos e ser fotografado pelos policiais. No dia seguinte, 1/7, a burocracia do Incra deu o ultimato de desocupação. A maioria dos camponeses voltou para o acampamento acreditando na promessa do burocrata. Permaneceram no local apenas 4 famílias na espera do dia 31/7.

Os camponeses necessitam de uma direção revolucionária, proletária, que encarne o programa de expropriação dos latifúndios e coletivização da terra. As lutas e as traições das direções conciliadoras mostram cada vez mais essa necessidade.

Operários têxteis no RN mais uma vez amordaçados com a vitória da chapa CUT/PT

A chapa que ganhou as eleições para o sindicato dos Têxteis no RN foi a do PT/CUT que é governo, hoje representado pelo Presidente e seu vice: José Alencar, dono de parte das Indústrias Têxteis no RN.

Como é que os operários têxteis irão se libertar dessa mordaça se a chapa vencedora é governo e patrão?

Os que dizem defender os interesses dos trabalhadores pertencem ao partido político dos opressores.

Este sindicato terá autonomia para realizar alguma luta por insalubridade, por salário justo, adicional noturno, por redução de horas de trabalho sem mexer nos salários?

É visto que não, porque os que estão no poder e que de-

cidem tudo são os patrões, governo e burocratas sindicais. O trabalhador mais uma vez será amordaçado.

É necessário que os operários criem uma oposição de luta frente a esses burocratas sindicais que vendem a classe trabalhadora, jogam as nossas reivindicações fora para fazer o jogo dos patrões que tanto tem nos oprimido.

- Pela autonomia do sindicato. Pela independência do patrão e do governo.
- Que os trabalhadores organizem uma oposição de luta contra a atual direção
- Pela organização de luta contra todo tipo de opressão

Grupo de sem-teto foi expulso das casas populares

Ao aproximar-se a campanha eleitoral, os sem-teto que ocupavam casas populares em Rolim de Moura foram expulsos e jogados para um Ginásio. Rolim de Moura é a cidade mais desenvolvida economicamente da chamada Zona da Mata e vem passando por problemas pelos quais passam as cidades como começam a crescer. O latifúndio para monocultura da matéria-prima para o biodiesel e bovinicultura de exportação para a Europa tem aumentado. Isso tem provocado o êxodo da população do campo para a cidade. Alguns pequenos agricultores venderam suas terras pela falta de perspectiva de sobreviver em meio às grandes pastagens dos latifundiários bovinicultores.

O fato é que a burguesia latifundiária do estado de Rondônia e do município de Rolim de Moura está preocupada em exportar carne para a Europa e aumentar as extensões de terra para investir na matéria-prima para o biodiesel. Daí a crescente fome e miséria de milhares de trabalhadores.

Para os camponeses expulsos da terra, restou a ocupação de casas populares ociosas no bairro da Cidade Alta.

Estas casas fazem parte de um projeto de convênio entre o governo federal e o município, através da Caixa Econômica. São 100 casas construídas pelo Projeto Social de Habitação – PSH, que custou R\$ 800.000,00 dos recursos do FGTS. 18 foram construídas no bairro Bom Jardim e já estão ocupadas e 82 no Bairro da Cidade Alta, que foram ocupadas pelos Sem-Teto. O problema vem se arrastando por um ano e está nas mãos do Ministério Público, que fica fazendo o jogo do empurra junto à Secretaria de Ação Comunitária. Com as 14 famílias jogadas para o Ginásio, começaram as manobras políticas de terem estas pessoas como eleitores da prefeita Mileni Mota (PSB), que disputa a reeleição e de militantes do PT envolvidos no Conselho de Ação Comunitária.

Para os trabalhadores Sem-Teto não há outra alternativa senão exigir moradia. Para isso, a organização do movimento e o combate aos eleitoreiros e aproveitadores da miséria do povo são fundamentais. Todo apoio à luta dos Sem-Teto.

Maracanaú/CE

Avaliação da campanha salarial de 2008 e não as perseguições políticas do governo Roberto Pessoa

A Campanha salarial 2008 foi marcada pela desmobilização das direções dos Sindicatos SISMA e SUPREMA que submeteram as reivindicações dos servidores ao prazo estabelecido pela lei eleitoral e assim preservaram a imagem do prefeito Roberto Pessoa frente aos servidores.

A campanha salarial foi determinada pela prefeitura que marcou dia e hora para a primeira e única rodada de negociação, impondo um índice miserável de 6% ao pessoal de nível técnico e superior cujas perdas já ultrapassam a 100% nos últimos 10 anos.

A estratégia usada pela prefeitura e aceita pelas direções pelegas e traidoras é de empurrar as negociações para a chamada “mesa de negociação”. Desde o início a Corrente Proletária dos Servidores em Maracanaú denunciou: NADA DE ILUSÕES NA MESA DE NEGOCIAÇÃO! TRATA-SE DE UM MECANISMO QUE BUSCA ALIMENTAR AS ILUSÕES DOS TRABALHADORES NA NEGOCIATA COM A BUROCRACIA, BLOQUEANDO E AMORTECENDO A LUTA DE CLASSES.

A posição da direção do SISMA tem sido de frear a luta dos servidores. Esta não tem sido capaz de organizar os trabalhadores em torno de suas reivindicações para o enfrentamento com a prefeitura. As últimas eleições para direção desta entidade foram marcadas pelas denúncias de fraudes

e adulteração de Estatuto e Atas de assembleias anteriores para favorecer sua perpetuação na direção da entidade. O Estatuto forjado pela atual diretoria impossibilitou a inscrição de outras chapas.

A Corrente Proletária dos Servidores em Maracanaú denuncia a direção do SISMA pela prática de delação com servidores que atuam no movimento sindical. A prática da DELAÇÃO deve ser rechaçada por todos os servidores de Maracanaú. Chamamos o conjunto do funcionalismo para organizar uma verdadeira oposição de luta contra os pelegos de plantão e encastelados no Sindicato do SISMA.

- CONTRA AS TRANSFERÊNCIAS MOTIVADAS PELAS PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS;
- VARRER COM A BUROCRACIA PELEGA E DELATORA;
- NOVAS ELEIÇÕES LIMPAS E TRANSPARENTES PARA A DIREÇÃO DO SISMA;
- RETORNO DOS VALES-TRANSPORTE A TODO O FUNCIONALISMO;

DENÚNCIA: O Pólo ABC Jereissati está em greve contra a transferência da coordenação e a ameaça de demissão dos funcionários e pelo pagamento dos recursos em atraso..

TODO APOIO AOS SERVIDORES E COMUNIDADES DO PÓLO ABC DO JEREISSATI.

Nesta edição:

Ofensiva naval do imperialismo

Todos com Uribe contra as Farc

Movimento estudantil chileno na frente das lutas

A formação dos operários como militantes

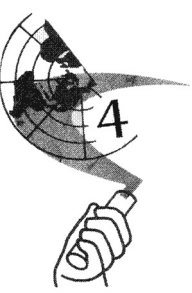
Os fortes abandonam os mais fracos

As massas começam a sentir asco da guerra suja dos adversários

Todo o apoio à luta dos trabalhadores da Zanoni!

Artigos do Cerqui

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



4ª esquadra

Ofensiva naval do imperialismo

Em abril, os Estados Unidos reativaram a IV Frota destinada a patrulhar os oceanos Atlântico e Pacífico que banham a América Latina. O navio de guerra tem a capacidade de abrigar 90 aviões, armados com a mais sofisticada tecnologia bélica. Em apoio ao porta-aviões, perfilam submarinos nucleares, destróieres e embarcações.

As justificativas são a de que é necessário fortalecer países como a Colômbia que enfrenta a guerrilha (para o imperialismo, terrorista) e se encontra rodeada de governos hostis, como o de Hugo Chavez, que se aproximou do regime castrista de Cuba e que iniciou uma corrida armamentista na região. Não faltaram cínicas explicações de ação humanitária com navio-hospital e missão pacífica.

O fato de países como Venezuela, Equador e Bolívia serem importantes fontes de matérias primas, principalmente o petróleo, tornou-se inconcebível ao imperialismo governos que arvoram controle sobre tais fontes.

Faz parte do problema a ameaça do governo equatoriano de não renovar o acordo que faculta os Estados Unidos terem bases militares em Manta, que expira em 2009. Trata-se de um ponto estratégico, que compõe o conjunto de bases situadas em Honduras, El Salvador, Cuba (território ocupado de Guantánamo) e nas Antilhas (Curaçao). Na Colômbia, não há uma base formalmente instalada, mas a presença militar dos Estados Unidos é ostensiva. Nas portas do Brasil, Paraguai, os militares norte-americanos têm controle do Aeroporto Mariscal Estigarribia. Sob o governo de Fernando H. Cardoso, chegou-se perto

de um acordo de uso da base de Alcântara pelos Estados Unidos.

Esse mapa da presença militar dos ianques demonstra a necessidade do imperialismo assegurar os interesses de suas multinacionais, garantir as fontes de matérias primas e preservar o capitalismo contra os levantes dos explorados.

A descoberta de novos lençóis de petróleo em águas brasileiras aumentou a cobiça dos Estados Unidos, apesar da burguesia brasileira ter deixado para trás o nacionalismo e aceitado o papel de auxiliar da burguesia imperialista. O governo Lula mostrou preocupação com a IV Frota, a ponto do embaixador norte-americano, Clifford Sobel, emitir uma nota explicando que a iniciativa não tinha a ver com a descoberta de petróleo. Certamente, não diria o contrário.

Concomitante à reativação da IV Frota, o Brasil passou a trabalhar junto aos governos latino-americanos a formar uma aliança militar. Em maio, foi lançada a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), sob inspiração do ministro da Defesa, Nelson Jobim. O objetivo era o de instituir um Conselho de Defesa, que reunisse todos os estados nacionais da América do Sul. Estava evidente que a Colômbia não concordaria, expressando a reprovação dos Estados Unidos.

Com o resgate de Ingrid Betancourt, o governo Lula ensejou uma aproximação com Uribe. Mostrou-se disposto a condenar as Farc. O imperialismo exige que a guerrilha seja considerada organização terrorista. Uribe justificou o não apoio da Colômbia ao Conselho de Defesa da Unasul ao fato de não haver concordância em torno do combate

às Farc. Trata-se de uma ilusão dos representantes da burguesia brasileira de criar um organismo de defesa sulamericano. Defesa contra quem? De onde poderia vir um perigo militar ao conjunto das nações da América do Sul? Seriam os Estados Unidos? A potência manda e desmanda em nosso continente.

A reativação da IV Frota, que atuou junto ao Brasil na 2ª Guerra Mundial e que em 1950 passou a integrar a 2ª Frota, indica que o Pentágono avalia que a crise mundial do capitalismo se agravará no próximo período e a América Latina irá ser convulsionada, pois já é um barril de pólvora. A crise do petróleo está em pleno andamento. As tendências bélicas do imperialismo estão sendo incentivadas pela desintegração do capitalismo. A Unasul e seu Conselho de Segurança, caso se constituísse, não é nada diante das potências imperialistas. A guerra das Malvinas da Argentina com a Inglaterra é um bom exemplo contemporâneo.

Somente a classe operária, organizada em torno da revolução social, poderá enfrentar o imperialismo. É fundamental organizar o Partido Mundial da Revolução Socialista, para pôr em pé a organização da IV Internacional, que vive no Programa de Transição escrito por Trotsky e tem sua melhor expressão no Partido Operário Revolucionário (POR) da Bolívia. Lênin mostrou cientificamente que o capitalismo da fase imperialista se caracteriza pela decomposição, pela barbárie e pelas guerras de domínio dos monopólios. A revolução socialista mundial é a consequência histórica do capitalismo putrefato. E a chave da solução está no internacionalismo proletário.

Lula, Evo, Correa:

Todos com Uribe contra as Farc

Até alguns meses, Chávez e Correa compareciam como adversários irreconciliáveis a Uribe. Lula se comportava como mediador, mantendo equidistância entre os pontos de discórdia. Diante do resgate dos reféns pelas Forças Armadas da Colômbia, todos se agruparam em torno de Uribe.

Em março, Bush e Uribe autorizaram a invasão do território do Equador, para bombardear um acampamento das Farc. A operação que resultou na morte de um dos principais dirigentes da guerrilha foi considerada violação da soberania do país vizinho. Correa rompeu relações com Uribe e acusou Bush de estar por detrás da ação militar. Chávez ordenou que um batalhão guarnecesse as fronteiras da Venezuela com a Colômbia. Lula se solidarizou com Correa, em nome da soberania do Equador, e solicitou que Uribe pedisse desculpas diplomáticas.

Houve uma grita geral no sentido de que a operação de guerra de Uribe demonstrava a falta de vontade do governo da Colômbia em obter das Farc a libertação dos reféns, entre eles a notável Ingrid Betancourt. Chávez levantou a bandeira de se reconhecer as Farc como uma força beligerante, contrária à qualificação de organização terrorista. Lula empunhou a bandeira de negociar a paz e integrar as Farc na democracia parlamentar.

Por detrás dessa linha, estava o presidente da França, Sarkozy. Dessa maneira, os Estados Unidos e Colômbia refletiam a posição militar de derrotar as Farc pela força; França, Venezuela e Brasil representavam a saída diplomática de um acordo de paz. A libertação dos prisioneiros seria a senha para uma aproximação entre a guerrilha e o Estado. Em seguida, as negociações se dariam em torno da deposição das armas, anistia e integração das Farc na "democracia".

O imperialismo norte-americano, que financia o Plano Colômbia e dirige as Forças Armadas do país, disse não à via proposta pelo imperialismo francês. Em plena discussão e movimentação do



jogo político internacional, Bush autorizou Uribe a desfechar um ataque no território equatoriano. Com esse gesto, ficou visível que os Estados Unidos exigiam um ponto final no humanitarismo franco-venezuelano e nas pretensões do Brasil em obter negociações de paz.

Em reunião da OEA, montou-se um teatro sobre a soberania nacional. Uribe fez um gesto formal de desculpas, vieram os abraços. Ficou assentado que, se o Brasil, Venezuela e Equador não excomungassem as Farc, a Colômbia pouco se importaria com suas opiniões, pois estava garantida pelos EUA.

A tal da mediação de Sarkozy/Chávez para soltar prisioneiros sofrem duro revés. Em julho, dia 2, a guerrilha seria duramente golpeada, desta vez sem uma só morte. O comandante da Frente 1 das Farcs, Gerardo Aquiles Ramírez, de codinome César, entregou 14 reféns às Forças Armadas da Colômbia, entre eles a estrela Ingrid Betancourt e agentes norte-americanos da CIA.

O resgate foi apresentado ao mundo como demonstração de estupidez das Farcs e sagacidade dos militares. A guerrilha estaria minada por infiltrados na mais alta cúpula. Aventou-se o pagamento de 20 milhões de dólares à guerrilha para haver o resgate. E, finalmente, as Farcs acusaram altos dirigentes de traição.

Esses acontecimentos reforçaram a posição norte-americana de que a guerrilha está em vias de ser desmantelada. Estampou a propaganda do imperialismo de "decadência moral e militar das Farc".

Hugo Chávez, passada uma semana do resgate, e ainda sob o clima de vitória

de Uribe, fez um chamado para que as Farc soltassem os prisioneiros sem nenhuma condição e depusessem as armas. Segundo os jornais, o presidente da Venezuela declarou: "A esta altura, na América Latina, está fora de lugar um movimento guerrilheiro armado, e isso tem de ser dito às Farcs". (Estadão, 10/6)

Essa mudança de Chávez coincidiu com considerações de Fidel Castro, no mesmo sentido, a respeito da libertação incondicional dos reféns.

Lula se solidarizou imediatamente com a vitória de Uribe e se valeu do acontecimento para reafirmar que as Farc devem se sujeitar a um acordo de paz.

Evo Morales também se colocou do lado de Uribe e condenou explicitamente a guerrilha, nos termos norte-americano de terrorista. Diz a nota presidencial boliviana: "Não estamos em tempos de lutas armadas nem de lutas denominadas terroristas, mas de lutas democráticas (...) que liberam os povos, que liberam a América Latina". (Estadão, 3 de julho).

Estão aí os resultados da bandeira de paz: Chávez, Morales, Lula e Fidel se colocaram finalmente no campo da guerra dos Estados Unidos e da burguesia colombiana contra as Farc. Deram-se as mãos em apoio a Bush/Uribe, legitimaram o Plano Colômbia imposto pelo imperialismo e esqueceram a violação da soberania do Equador.

Lula é declaradamente um governo pró-imperialista. Prometeu uma política reformista, mas antes mesmo de ganhar o primeiro mandato já se havia comprometido com o grande capital na "Carta aos Brasileiros". Mas Chávez e Morales passaram até agora de protagonistas de um "socialismo" sui generis (particular) e de contestadores da política de saque dos Estados Unidos ("o império"). Acabam de mostrar ser governos burgueses semicoloniais, impotentes para enfrentar o poder das multinacionais. Capitularam vergonhosamente diante da política de Bush/Uribe de destruir político e militarmente as Farc.

Chile

Movimento estudantil chileno na frente das lutas

A brutal repressão policial aos estudantes secundaristas do Chile mostra bem a face da democracia pós-ditadura de Pinochet.

Cansamos de ler e ouvir que, no Chile, a volta da democracia foi a mais bem sucedida. Os governos de “Concertación” levaram à abertura econômica do País, lograram a estabilidade, reduziram a pobreza e fizeram uma transição política pacífica da ditadura para as instituições democráticas.

Está aí a fórmula que tem servido ao imperialismo e permitido à vassala burguesia latino-americana vangloriar o “milagre chileno”. Mas se vê que o lugar dos trabalhadores e da juventude, nesta glória, é a de consumir migalhas do banquete do grande capital.

Depois de 20 anos de democracia formal, temos um Chile mais dependente do imperialismo. A burguesia chilena

aproveitou para concentrar ainda mais riqueza, em detrimento da maioria da população.

Um dos feitos do milagre capitalista e pró-imperialista dos governos democráticos (Partido Socialista e seus aliados da concertação) foi o de reforçar o ensino privado e deteriorar o ensino público.

Há três anos consecutivos, sob o governo de Michelle Bachelet, estudantes secundaristas ocupam as ruas de Santiago. Em 2006, exigiram redução do valor dos passes escolares. Em 2007, questionaram o falacioso sistema de transporte denominado Transantiago. E, agora, contra a Lei Geral de Educação, ocuparam colégios e enfrentaram nas ruas o aparato policial de Bachelet.

A burguesia e seu governo não fazem uma Lei Geral da Educação para levantar a escola pública, mas para impulsionar o ensino privado. Atendem as

exigências do Banco Mundial.

Desta vez, parte dos professores se uniram aos secundaristas para questionar o teor da Lei.

Os agentes da burguesia nos meios de comunicação brasileiros estão perplexos. Como pode o Chile, com sua “macroeconomia” tão estável e com um governo bem implantado, enfrentar movimentos crescentes de contestação da política governamental? Ocorre que o milagre chileno se deu à custa da exploração e da destruição de importantes conquistas sociais, nas áreas trabalhista, da educação, da saúde e da previdência.

A classe operária do Chile tem tradição de luta. Ao sair de seu longo refluxo, tomará dianteira dos acontecimentos. No momento, os estudantes estão na frente dos combates.

A formação dos operários como militantes

Patricio

Um dos grandes problemas que foram apresentados ao partido é a formação de militantes profissionais revolucionários, tendo como base os simpatizantes provenientes da classe operária, das massas de explorados e oprimidos, incluindo os camponeses.

Temos de começar reconquistando a experiência que o POR tem neste terreno:

A experiência mais antiga do Partido Operário Revolucionário no campo proletário foi a que viveu no seio das massas mineiras.

Observando globalmente a classe operária, chegamos à conclusão de que esta se distingue por trazer consigo o instinto comunista, cuja essência é a tendência de acabar com a propriedade privada dos meios de produção para torná-lo social, cuja materialização fará desaparecer as classes sociais, de destruir o Estado burguês para substituí-lo pelo operário, que também acabará dissolvendo-se.

Na sociedade comunista desaparecem as classes sociais - que pressupõem a existência de exploradores (opresso-

res) e explorados (oprimidos) - e também as fronteiras nacionais. O comunismo, para se afirmar e enterrar o capital, tem de transformar-se em um fenômeno internacional, mundial.

O proletariado mineiro foi ganho maciça e rapidamente pela política revolucionária, que foi lançada pelos trotskistas. Não são conhecidos processos iguais a este. Os mineiros rapidamente absorveram a prédica porista (que não foi repetida pelos assalariados das cidades, por exemplo). Este é um fenômeno generalizado no nosso tempo e que explica alguns fenômenos que já conhecemos.

O proletariado mineiro se distingue porque não dão mostras de terem recebido a influência cultural, ideológica, política que concentram os grandes centros urbanos; ideológica e culturalmente oferecem um notável grau de pureza. Eles são movidos por seu instinto, e não por ter acumulado cultura que vem da leitura ou da frequência nas escolas de diferentes graus.

O que não podemos esquecer é que o proletário se distingue por não ser pro-

prietário privado dos meios de produção e que, para viver, precisa vender sua força de trabalho para a burguesia.

Nas etapas normais, quando entrega sua força de trabalho para o patrão em troca do salário, porque este é proprietário privado dos meios de produção, considera que se trata de uma situação normal e que nunca irá mudar.

A luta de classes e sua intensificação, ou seja, a rebelião contra o controle da propriedade privada dos meios de produção pela burguesia, para fazê-la desaparecer e transformá-la em social, quer dizer, de todos os membros da sociedade, leva ao comunismo. A propriedade social dos meios de produção enterrarão o capital e incentivará o aparecimento da sociedade comunista.

Esse processo se materializa quando a burguesia acentua a exploração e a opressão do proletariado, ao extremo de obrigar-lhe a rebelar-se, ainda que não tenha consciência do que irá acontecer.

A exploração e opressão da burguesia sobre o proletariado irá criar, no interior do operário o instinto comunista que permanece inativo até que a inten-

sificação da luta de classes o desperta e a faz explodir com expressões surpreendentes, pois seu vigor e radicalismo faz com que esse instinto comunista atuando, chegue a ser confundido com a política revolucionária comunista, que é ciência.

Esse despertar do instinto comunista, por pureza e militância, tem forçado

Bolívia

Os fortes abandonam os mais fracos

As massas começam a sentir asco da guerra suja dos adversários

Após o referendo pela autonomia de Tarija, o CONALDE (Conselho Nacional Democrático – a nossa conhecida Meia-Lua) decidiu desprezar o referendo com o argumento de que era ilegal. No fundo, esta medida procurava proteger os governadores de Cochabamba e La Paz, porque eles há uma grande chance de terem seus mandatos revogados. No entanto, tal determinação, tem provocado uma onda de críticas, nem os tribunais eleitorais departamentais podem se solidarizar com eles.

Desesperadamente, fazem uma volta de 180 graus, decidem abandonar seus aliados à sua sorte e, inesperadamente, anunciam que irão participar do referendo. O consolo que tiveram foi que Chuquisaca se juntou ao CONALDE, que despertou esperanças de que os governadores de Potosí e Oruro possam ser revogados, expandindo assim a sua área de ação no Ocidente.

Enquanto a guerra suja arrefecia no campo da politicagem burguesa, os explorados golpeados pela miséria se distanciavam cada vez mais tanto do governo demagogo como da direita reacionária. Cada dia as massas se convencem mais que o famoso referendo é um inútil desperdício de dinheiro e que não resolverá absolutamente nada.

Vislumbra-se no horizonte a possibilidade de grandes mobilizações pelos problemas que estão causando a inflação: a)

muitos observadores a confundir este impulso elementar e explosivo com a política revolucionária, preparada e testada anteriormente. Este processo surpreendente vai de março a novembro de 1946. Para surpresa de todos, damos o dado preciso de que a famosa “Tese de Pulacayo” foi escrita por três jovens mineiros e um militante universitário po-

rista em trinta dias.

A pureza marxista-leninista-trotskista é surpreendente e ela ocorreu na ausência de outras tendências não marxistas e, particularmente do letal anarquismo, no seio dos mineiros.

(extraído do “Masas” Boliviano nº 2090 de 11/07/2008)

necessidade de aumento substancial dos vencimentos e salários, b) implementação de uma nova lei de pensões compatível com a contribuição tripartite e c) emprego para todos os desempregados.

Iniciando uma poderosa mobilização nacional, ultrapassando a direção oficial empoleirada na COB, nas federações e confederações, podemos jogar fora a manobra do oficialismo e da oposição direitista sobre o referendo revogatório. Há uma necessidade urgente de acelerar a formação de direções a partir da base. Os pactos intersindicais podem ser canais para a constituição de comissões de greve e de mobilização unitárias que assumam a direção das lutas das bases.

O Ataque Direitista Continua e Continuará

Os “governadores”, e os chamados “cívicos” (enfim, a oposição burguesa) concordaram em fazer a disputa através do referendo, mesmo com as regras do jogo dando vantagem para o governo, pois - afirmaram claramente - ele não vai resolver a crise política (crise política burguesa) e que, uma vez sendo ratificado pelo voto popular, aplicarão os seus Estatutos Autônomos. Além disso, anunciam que à margem do referendo organizam manifestações para que o governo lhes restitua “seus” recursos do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de que têm sido

utilizados para o pagamento da “renda dignidade” para os idosos, porque –assinalam – a autonomia sem recursos não é possível.

Que valor o referendo tem para os protagonistas de toda esta luta absurda entre reformistas e direitistas? Cada um calcula que se fortalecerá politicamente em detrimento do adversário. Mas o ataque da direita continuará porque é uma expressão do poder econômico da burguesia nativa (vendida ao imperialismo) e das multinacionais.

O reformismo, nós repetimos, está condenado ao fracasso, e deve ser engolido pela direita e ele mesmo terá que se direitizar, a fim de preservar a integridade da ordem social burguesa.

Os reformistas gabam-se de serem “esquerdistas”, antiimperialistas e estatistas frente aos neoliberais entreguistas e francamente pró-imperialistas.

Mas quando o reformismo defende parceria e a cooperação com o capital privado e imperialista, se coloca o serviço do imperialismo e da ordem burguesa.

Nós explorados devemos compreender que esta é uma luta entre manifestações políticas da mesma classe dominante e que nossa luta para pôr fim à opressão e à exploração não tem nada a ver com ela.

(extraído do “Masas” Boliviano nº 2090 de 11/07/2008)

Todo o apoio à luta dos trabalhadores da Zanon!

Expropriação de Zanon e outras empresas privadas, sem pagamento, sob o controle Operário Coletivo.

A direção ceramista informou na reunião multi-setorial, 11 de junho, que Zanon enfrenta vários problemas econômicos e políticos. Para

poder definir qual é a melhor política para defendê-la dos ataques da burguesia, temos de começar por caracterizar o Estado burguês e buscar soluções para os problemas do ponto de vista dos interesses históricos da classe operária.

1) Os governos, nacionais e provinciais, os partidos patronais e os seus representantes parlamentares são defensores da burguesia e de seus interesses de classe, principalmente da propriedade privada dos meios de produção. O Estado e suas instituições (executivo, legis-

lativo e judiciário), juntamente com suas forças repressivas (parlamento, polícia, exército, prefeitura, etc.) são os instrumentos da burguesia para assegurar a opressão da burguesia sobre a maior parte dos explorados.

2) Os patrões e os seus governos nunca deixaram de lado a sua ofensiva contra Zanon. Avançam alternando a asfixia econômica com ofensivas jurídicas. Zanon nasceu no calor das batalhas de 2001, quando muitos patrões descarregavam a crise sobre os trabalhadores, desempregando-os, fechando as fábricas, reduzindo os salários. E os trabalhadores responderam radicalizando as suas medidas, através da ação direta, ocupando fábricas. De 2001 até hoje, várias fábricas foram asfixiadas economicamente e muitas delas foram institucionalizadas pelo governo.

É claro que o governo e as entidades patronais estão trabalhando agora no sentido de fazer isso com Zanon, provocando um constante desgaste econômico da gestão operária, a fim de melhor preparar as condições para a reapropriação privada ou para conseguir sua institucionalização. Isto já pôde ser visto quando o governo conseguiu transformar várias fábricas recuperadas em cooperativas sob o controle de uma burocracia, vinculada aos partidos burgueses e seu Estado.

3) A direção ceramista levantou, com toda razão, que o governo é responsável neste momento de asfixiá-los com vultosas multas pelo consumo de gás e eletricidade. Enquanto, por outro lado, garante aos capitalistas milionários isenções e subsídios para as suas fábricas. É um exemplo claro de que o governo defende os interesses dos capitalistas. Portanto, não podemos ter nenhuma ilusão de que o Estado estará disposto a perdoar as dívidas ou subsidiar uma fábrica sob o controle dos trabalhadores.

A direção de Zanon não pode se limitar a denunciar estes fatos ou requer subsídios. Um passo importante foi tomado com a campanha pela expropriação, que deve ser dirigida para os trabalhadores, falando sobre a responsabilidade pública sobre as contas da fábrica. Os trabalhadores têm de conhecer os números: quanto produzem, quanto ganham, quais são os custos fixos, o que acontece com o dinheiro da venda de cerâmica etc. E, ao mesmo tempo, mostrar como a burguesia esconde seus próprios números, ganhando quantias fabulosas com a evasão fiscal, subsídios etc.

E, ao mesmo tempo, dizendo que a missão histórica dos operários e demais oprimidos é a destruição do Estado burguês, expropriando a burguesia e transformando os meios de produção em propriedade social, colocando em

pé governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

4) Informaram que o conflito do campo, a queda da construção civil etc., causaram uma drástica redução na venda de cerâmica. Problema que se soma às demais fábricas que estão destinando a venda dos seus produtos ao mercado interno, tornando-se uma concorrência direta aos produtos de Zanon. Isto representa um grave problema, uma vez que, em termos estritamente econômicos, torna-se impossível competir com monopólios ou com outras fábricas nas mãos patronais, que têm uma maior produtividade e conseguem reduzir os custos das suas mercadorias, ao custo da superexploração operária. O melhor exemplo é o caso de Cerâmica de Neuquen, que com só uma máquina produz o mesmo volume que Zanon com cinco linhas de produção.

5) Também informaram que radicalizarão as medidas em defesa de Zanon com marchas semanais ao Parlamento e à Casa do Governo, panfletagens nas pontes e nos acessos das cidades da região, e assim por diante, com o objetivo de exigir do governo uma solução definitiva para o problema de Zanon. Estamos totalmente de acordo que é necessário aprofundar as medidas de força. Nós do Partido Operário Revolucionário dizemos que os trabalhadores não podem ter qualquer ilusão no governo ou em suas instituições. Não podemos confiar nos partidos burgueses (PJ, UCR, ARI, UNE, Livres do Sul, etc.), nem no parlamento. Todos eles são fiéis defensores da propriedade privada.

6) Os trabalhadores de Zanon, defenderam os seus empregos e as condições de trabalho nestes anos, através da ação direta (greves, ocupação da fábrica, piquetes, bloqueios de ruas, etc.). A solução definitiva para os trabalhadores só será possível se mantivermos estes métodos e unificarmos essa luta com as reivindicações dos outros setores dos trabalhadores e dos oprimidos (funcionalismo público, estudantes, trabalhadores rurais, sitiantes pobres e arruinados, etc.) colocando em primeiro lugar as reivindicações transitórias.

Neste sentido, uma das tarefas da direção do SOECN (PTS e independentes) é a luta pelo controle operário, em todas as fábricas (três das quais estão sob mãos patronais). Estendendo a expropriação e a nacionalização sem indenização e sob controle operário a todas as fábricas, as terras, os recursos naturais (petróleo, gás, etc.) como uma forma de não deixar isolado o controle operário da Zanon.

A segunda tarefa é a de defender a unidade política de empregados e desempregados, reivindicando a distribuição das horas

de trabalho sem a diminuição do salário. Esta medida permitirá alcançar uma ampla solidariedade de classe para com a Zanon e outras empresas recuperadas pela classe. Colocando, além disso, um freio contra a destruição física de milhares de trabalhadores e dirigindo os explorados em uma luta direta para destruir o sistema capitalista e os seus governos.

A terceira tarefa é a de unificar a amplos setores de trabalhadores, levantando a reivindicação de aumento salarial igual ao da cesta básica alimentar para todos os trabalhadores - empregados e desempregados - e reajustados automaticamente de acordo com a alta real dos preços.

A quarta tarefa é a de defender a expropriação dos latifúndios sem pagamento e a entrega das terras aos camponeses pobres e para aqueles que trabalham nelas. Como única forma de pôr fim às carências alimentares, aos aumentos de preços e à exploração dos operários agrícolas por parte dos latifundiários e dos capitalistas agroindustriais.

7) A unidade política deve se concretizar em uma organização para a luta. O primeiro passo deverá ser o de chamar as organizações políticas, sindicatos, grupos de ativistas etc., formar uma comissão para discutir uma estratégia, consignas, programa, métodos e planos de luta para defender Zanon frente à burguesia. Mas, principalmente, o proletariado deve construir as direções revolucionárias em todos os setores explorados (organismos de duplo poder), construindo seu próprio partido, a seu estado maior: o partido operário e revolucionário, que tem como tática a defesa das reivindicações vitais das massas através da ação direta. E que una estes métodos e táticas com a estratégia da revolução social. Tarefa que só é possível com uma ofensiva política da classe operária e demais oprimidos contra o imperialismo e a burguesia nacional, isto é, pondo em pé a Frente Única Antiimperialista para destruir o Estado burguês com a violência revolucionária das massas, e o governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

Expropriação de Zanon sem indenização e sob controle operário coletivo!

Nenhuma confiança na legislatura, nem nos partidos patronais!

Defender Zanon com os métodos de ação direta!

Pauta Única de Reivindicações, Plano de Ação Unificado!

Construir o Partido Operário Revolucionário! Revolução e Ditadura Proletárias!

(Boletim do POR argentino em defesa de Zanon – junho de 2008)